



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 19 – nº 71 – junho 2008

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: QUAL O PAPEL DAS REMESSAS?

EDITORIAL	2
ITALIANO	4
Quando le rimesse superano gli aiuti	4
Immigrazione, rimesse e sviluppo	5
Business rimesse	7
Un mondo di rimesse per le feste	8
Portogallo: le rimesse degli immigrati viaggeranno con il bancomat.	8
Immigrati: 7 su 10 sono clienti di banca.....	9
Rimesse. Italia terza in Europa per invio di denaro all'estero	10
PORTUGUÊS	11
Remessas para AL alcançam US\$ 66,5 bi em 2007	11
Brasil vê redução das remessas dos imigrantes nos EUA.....	11
MG: cidade teme recessão com volta de emigrantes	12
Queda no envio de remessas por brasileiros é sinal positivo, diz BID	13
Remessas ajudam a combater pobreza no mundo: Cabo Verde entre os países mais beneficiados.....	14
Dólar deixa de kasseguis na corda bamba	16
ENGLISH	17
India Top Receiver Of Migrant Remittances In 2007, Followed By China And Mexico	17
Using remittances for development.....	18
Immigrants Send Less Money to Families in Latin America.....	20
A new approach to raise remittances	21
Spanish economic slowdown hits remittances	23
US Dollar Decline Impacts Immigrant Remittances.....	24
DOMINICAN REPUBLIC: Remittances for Development	24
ESPAÑOL	25
Remesas crecieron 6% en 2007 pero el BID avisa fuerte desaceleración	25
El boomerang de las remesas	26
Las remesas, consecuencia del subdesarrollo	28
Quando las remesas garantizan el crédito	29
Desintegración familiar y ocio: el precio de remesas	30

El 54 por ciento de las remesas de España son enviadas por mujeres	31
Las remesas no van a los más pobres	31

EDITORIAL

Um dos fatores que tem contribuído para a maior visibilização do fenômeno migratório no contexto contemporâneo é, sem dúvida, o exuberante crescimento das remessas financeiras enviadas pelos migrantes internacionais a seus países de origem. Dados estatísticos de 2007 contabilizam as remessas em cerca de 240 bilhões de dólares, contra 167 bilhões de 2005. O Banco Mundial acredita também que a quantidade real do dinheiro enviado pelos migrantes seja muito superior aos dados oficiais – talvez o dobro – pois muitas pessoas costumam utilizar canais informais de envio.

A importância das remessas financeiras pode ser ulteriormente explicitada pelo fato de que, na atualidade, elas representam a segunda fonte de investimento para muitos países do Sul do mundo, inferior apenas ao Investimento Direto e muito superior a *Official Development Aid*. Ademais, em alguns países, o dinheiro enviado pelos migrantes representa mais 30% do Produto Interno Bruto, como, por exemplo, em Guiné-bissau, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Eritreia, Moldava e Tajikistan.

Mesmo assim, o tema das remessas financeiras é bastante debatido na atualidade, sobretudo quando relacionado com a questão do desenvolvimento dos povos e, de forma específica, dos países do Sul do mundo. Em outros termos, não há unanimidade quanto aos reais benefícios das remessas em termo de desenvolvimento econômico e social.

Em geral, os principais elementos positivos apontados por muitos analistas são os seguintes: a) as remessas representam um enorme ingresso de dinheiro, sobretudo em comparação com o PIB de muitos países; b) são investimentos de baixa volatilidade, pois haveria, nos últimos anos, um aumento constante de remessas; c) os capitais enviados chegam diretamente às famílias, tornando-se, dessa forma, um importante auxílio para a luta contra a pobreza, sobretudo quando esses capitais são gerenciados por mulheres; d) em alguns países, há também envio de remessas para o financiamento direto de obras assistências nas localidades de origem (escolas, hospitais, centros comunitários); e) quando canalizadas no sistema bancário, as remessas contribuem também na integração financeira e na expansão das bancas, tanto nos países de origem, quanto naqueles de chegada; f) mais em geral, quando utilizadas com critério, contribuem para o desenvolvimento dos países mais pobres; g) ao favorecer o desenvolvimento, as remessas podem também desestimular os fluxos migratórios.

No entanto, outros analistas apontam aspectos negativos: a) as remessas também são capitais voláteis, como confirmado pela recente desaceleração ou, até, diminuição em alguns países; b) elas podem criar situações de dependência e, desta forma, tornar as populações pobres ainda mais vulneráveis; c) em alguns lugares, a expressiva chegada de remessas constituiu um desestímulo para o trabalho – inclusive com a venda das próprias terras - e um incentivo para uma “cultura da emigração”; d) há casos, em que a chegada abrupta de capitais tem provocado crises familiares, sobretudo em famílias monoparentais; e) com frequência, as remessas são utilizadas antes para a aquisição de bens de consumo imediato que para projetos de desenvolvimento a médio e longo prazo; f) podem ser um canal de reciclagem de dinheiro; g) em muitos casos, o envio de remessas tem como contrapartida a fuga de mão de obra

qualificada, o que representa mais uma perda que uma vantagem; h) as remessas teriam um impacto em relação à superação da desnutrição, mas não em relação a um melhor acesso ao sistema sanitário ou educacional; i) as remessas não chegam necessariamente às camadas mais pobres das populações; j) podem favorecer a de-responsabilização em termos de políticas públicas; k) podem provocar a exploração dos emigrados a fim de manter os compromissos de envio de dinheiro.

Embora seja fundamental refletir sobre a relação entre remessas financeiras e desenvolvimento, seria perigoso reduzir a questão a um problema meramente econômico. As remessas apontam também para outros temas que merecem ser destacados.

De um ponto de vista sócio-antropológico, por exemplo, as remessas evidenciam a relação íntima e fraterna dos migrantes para com seus familiares e as comunidades de origem. Não raramente o projeto migratório é elaborado de forma comunitária ou familiar, mediante o financiamento coletivo da viagem e o envio de remessas por parte do migrante. Nesta perspectiva, o envio constante de dinheiro confirma também o surgimento e a difusão de famílias e comunidades transnacionais, em que as relações humanas continuam reais e efetivas, embora realizadas de forma virtual e mediante o envio de capitais.

Um exemplo disso é também o envio de remessas para festas comunitárias, festas de padroeiros ou outros eventos sociais e/ou religiosos. Uma pesquisa realizada em Itália comprovou que no mês de dezembro houve um expressivo aumento das remessas para Senegal e Marrocos em decorrência – de acordo com os pesquisadores – da celebração islâmica do Dia do Sacrifício (Aid al-Adha). Apesar das distâncias geográficas, o migrante continua tendo um sentido de pertença familiar ou comunitária mediante o envio de remessas. Trata-se, às vezes, de uma maneira para exorcizar sentimentos de culpa que, não raramente, estão presentes na experiência migratória.

As remessas podem elucidar também aspectos do projeto migratório da pessoa em mobilidade. Há situações em que o envio de capitais tem como finalidade, antes que o sustento dos familiares, o desenvolvimento do projeto de vida do próprio migrante, seu futuro na terra natal. Neste caso as remessas sinalizam o desejo da pessoa regressar ao país de origem. Em outras situações, a decisão de permanecer no país de chegada e a constituição por parte do migrante de uma família podem resultar num evidente aumento de despesas e uma conseqüente redução do dinheiro enviado para seus familiares. As remessas, enfim, se tornam um termômetro do projeto migratório.

Nos últimos anos multiplicaram-se também as propostas para agilizar, facilitar e tornar mais seguro o envio de remessas, sobretudo por causa das altas taxas cobradas pelos bancos e os riscos inerentes ao envio por canais informais. Entre estas propostas cabe destacar: reduzir as taxas cobradas pelos bancos; tornar mais capilar o atendimento bancário; aumentar a transparência e a segurança dos canais formais de envio; conscientizar os migrantes sobre a importância do envio de capitais mediante bancos ou outros canais formais; evitar que o dinheiro poupado fique parado; regularizar os migrantes em situação irregular, pois, não raramente disso depende a escolha do canal de envio; conscientizar os receptores das remessas sobre as formas melhores para gerenciar o dinheiro recebido; superar formas de patriarcalismo que, às vezes, impedem que as mulheres gerenciem o dinheiro das remessas.

Enfim, apesar das divergências sobre o tema, acreditamos que seja fundamental interligar o fator desenvolvimento relacionado às remessas com a promoção do “capital humano” dos migrantes, de seus direitos e de seu protagonismo.

ITALIANO

Quando le rimesse superano gli aiuti

Alessandro Spaventa

La questione degli aiuti, della loro efficacia, trasparenza e dei loro obiettivi, palesi e nascosti, rappresenta una questione annosa nel dibattito sui Paesi in via di sviluppo (Pvs), una questione, tuttavia, la cui rilevanza sembra essere destinata a diminuire anche molto rapidamente. Un primo ridimensionamento del ruolo degli aiuti si era già avuto con il dispiegarsi del processo di globalizzazione e la conseguente crescita dei flussi di investimenti diretti esteri verso molti dei Pvs. Ma il vero cambiamento di prospettiva sembra essere avvenuto negli ultimi anni con la crescita di un fenomeno antico, ma totalmente nuovo nelle sue proporzioni: quello delle rimesse degli immigrati.

Fenomeno in crescita

Nell'ultimo decennio il volume delle rimesse è cresciuto rapidamente, di pari passo con la crescita dei flussi migratori regionali e globali e con la progressiva apertura e integrazione dell'economia mondiale. Nel 2006, secondo le stime elaborate in uno studio congiunto dell'International Fund for Agricultural Development (Ifad) delle Nazioni Unite e dell'Inter-American Development Bank (Idb) pubblicato nel 2007, i lavoratori emigrati nei paesi sviluppati hanno mandato alle loro famiglie oltre 300 miliardi di dollari, circa il triplo del complesso degli aiuti forniti dagli stessi paesi sviluppati ai Pvs (che nello stesso anno ammontavano a 104 miliardi di dollari) e il doppio dei flussi di investimento diretto estero verso i Pvs (167 miliardi di dollari nel 2006).

Si tratta di un fenomeno sempre più rilevante quindi, e non solo in termini quantitativi, ma anche qualitativi per la funzione che le rimesse assolvono nell'economia che le riceve, soprattutto in rapporto agli aiuti tradizionali e agli investimenti esteri. Le stime sono abbastanza concordi nel confermare quello che appare intuitivo, ovvero che i soldi che arrivano dai parenti emigrati all'estero vengono spesi soprattutto in consumi di base (cibo, vestiti, piccoli acquisti, suppellettili, attrezzi, farmaci, elettrodomestici, migliorie alla casa), mentre circa il 10-20% viene risparmiato. Essi vanno quindi a sostenere modesti miglioramenti delle condizioni di vita (o di sopravvivenza) permettendo non di rado di distogliere i bambini dal lavoro minorile per mandarli

a scuola, con effetti interessanti di investimento sul capitale umano. Le rimesse così sembrano assolvere alla funzione di strumento di sostegno alla povertà, lo stesso obiettivo di molti programmi finanziati attraverso gli aiuti bilaterali o multilaterali spesso lanciati parallelamente a programmi di riforme economiche. Con risultati tuttavia molto più efficaci perché saltano tutti i passaggi intermedi ed evitano tutta una serie di problemi legati a programmi gestiti dall'alto (individuazione degli strumenti, selezione del target, costi di gestione e burocrazia, non rispondenza agli effettivi bisogni della popolazione, ecc.).

Diversa efficacia

Le differenze tra rimesse e aiuti bilaterali tuttavia non si fermano qui. Mentre le prime, come abbiamo detto, agiscono sulle condizioni di vita delle famiglie, i secondi, quando non sono aiuti di emergenza (guerre, carestie, tsunami, ecc.), sono in genere in gran parte diretti a creare le condizioni per il miglioramento del sistema economico nel suo complesso attraverso la realizzazione di opere infrastrutturali, servizi di base (educazione, sanità), investimenti grandi e piccoli (dalle aree industriali al pozzo per l'irrigazione), programmi di sostegno all'apparato burocratico o di supporto allo sviluppo d'impresa, ecc. Intenti lodevoli i cui effetti, tuttavia, tardano in molti casi a manifestarsi nell'economia del paese destinatario mentre si manifestano spesso assai velocemente in quella del paese donatore attraverso appalti e commesse alle proprie imprese, esportazioni e delocalizzazione di imprese. Questo quando sotto la parola aiuti non si nascondano invece aiuti militari e vendita di armi o quando essi non rappresentino un modo per eliminare produzione in eccesso o stock di merci avariate o non più commercializzabili nel proprio paese.

La diversa efficacia, e in un certo qual modo trasparenza degli obiettivi, delle rimesse rispetto agli aiuti non deve tuttavia indurre a ritenere le une un sostituto degli altri e quindi a giustificare un eventuale disimpegno dei donatori verso i Pvs come quello al quale stiamo assistendo (solo nel 2007 gli aiuti sono diminuiti dall'8,4% rispetto al 2006).

Come abbiamo detto queste due fonti di risorse finanziarie, a cui si aggiunge quello degli investimenti diretti esteri, svolgono funzioni del tutto diverse, in larga parte non assimilabili tra loro. Le rimesse forniscono un sostegno diretto alle famiglie e agli individui in un modo che nessun programma di aiuto potrebbe fare, mentre gli aiuti servono, o dovrebbero servire, a migliorare il sistema e le opportunità che esso offre a quegli stessi individui. Accanto a questi due canali c'è poi quello degli investimenti diretti esteri che, pur con tutti i difetti e gli abusi e i fenomeni di sfruttamento riscontrati, incide invece sul piano delle imprese. Individui, imprese, sistema economico e istituzionale: tre ambiti diversi da raggiungere con strumenti diversi.

È su questa tripartizione che forse potrebbe essere utile ragionare, da un lato per riconsiderare gli obiettivi verso cui indirizzare una parte degli aiuti diretti ai Pvs, e dall'altra per introdurre misure per massimizzare l'impatto sulle famiglie del flusso di risorse proveniente dai lavoratori emigrati all'estero. Sul primo versante, in aree in cui le rimesse giocano un ruolo importante, potrebbe essere ipotizzabile mettere da parte programmi di dubbia utilità, o persino di sostegno diretto alla povertà, a

vantaggio di progetti che offrano la possibilità di sfruttare al meglio le opportunità offerte dalle rimesse, quali ad esempio progetti di scolarizzazione per i bambini, di microcredito o di acquisto agevolato di strumenti per piccole attività produttive (attrezzi, concimi, macchinari). Sul secondo versante si dovrebbero considerare programmi per promuovere e sostenere la diffusione di canali formali di trasferimento del denaro e, laddove essi già esistono, la creazione di linee speciali di microcredito legate alle rimesse.

Che le azioni siano queste o altre, quello che comunque appare oggi essenziale è che si prenda atto dell'importanza che il fenomeno delle rimesse sta assumendo per molti Pvs e che lo si faccia non per diminuire gli aiuti, che anzi in un contesto di possibile crisi alimentare dovranno continuare a svolgere un ruolo rilevante, ma per far sì che tra gli obiettivi di questi ultimi vi sia anche quello di amplificare e moltiplicare gli effetti positivi delle prime. Non sostituzione quindi, ma complementarietà. [TOP](#)

Fonte: <http://www.affarinternazionali.it/articolo.asp?ID=812> – 06.05.08

Immigrazione, rimesse e sviluppo

Maria Concetta Chiuri & Nicola Coniglio & Giovanni Ferri

Da alcuni anni a questa parte, il tema dell'immigrazione attrae l'attenzione crescente dei mezzi di informazione. Non tutte le prospettive d'analisi hanno però il medesimo impatto mediatico, e le discussioni recenti sembrano concentrarsi principalmente sui problemi di sicurezza e di legalità, apparentemente di maggiore interesse per il pubblico.

A nostro avviso, invece, sarebbe meglio concentrarsi sulle potenzialità economiche delle immigrazioni, che sono numerose e importanti, anche per il nostro paese. Questo contributo fornisce una prospettiva d'analisi del fenomeno immigratorio decisamente meno consueta, ma non di secondaria importanza, guardando al ruolo potenziale delle rimesse per lo sviluppo dei paesi di origine nonché per i paesi ospitanti.

La rilevanza macroeconomica delle rimesse nel contesto internazionale

Un tempo, le rimesse degli emigranti erano considerate una Cenerentola nel paradigma dello sviluppo economico, ma ormai da diversi anni il flusso annuale delle rimesse ha superato quello dei trasferimenti ufficiali (Official Development Aid), per raggiungere dimensioni piuttosto vicine a quelle dei flussi di investimenti diretti esteri e degli investimenti di portafoglio verso i Paesi in via di sviluppo (PVS). Nel 2005, ad esempio, le rimesse dei migranti verso il complesso dei PVS sono state pari a circa 167 miliardi di dollari USA (circa 138 miliardi di Euro dell'epoca), in crescita del 73% rispetto al 2001 (World Bank, 2006).

Anche le rimesse di cittadini stranieri residenti in Italia sono cresciute, rispetto all'anno precedente, del 15,8% nel 2005 e, ancora, dell'11,6% nel 2006 andando a superare i 4,3 miliardi di euro, secondo le stime effettuate con i dati della Banca d'Italia (Chiuri, Coniglio e Ferri, 2007). L'aumento del 2005 è stato determinato soprattutto dalla forte dinamica delle rimesse verso l'Estremo Oriente (Cina in

particolare) e verso l'Europa Centro-orientale (la Romania che, con il suo 16,9% sul totale, rappresenta il secondo paese di destinazione dopo la Cina). Nel 2006, invece, la dinamica più sostenuta la si è osservata per l'Asia sub-continentale (principalmente India e Bangladesh).

Ma è ancora più significativo considerare il rapporto tra il flusso delle rimesse che proviene dalle economie avanzate e la dimensione dell'economia nazionale, misurata dal Prodotto Interno Lordo (PIL). Ebbene, per alcuni paesi, le rimesse dalle economie avanzate rappresentano ormai una vera e propria linfa vitale (dati 2004): ben il 31,1% del PIL per Tonga, seguita da Moldavia (27,1%), Lesotho (25,8%), Haiti (24,8%), Bosnia-Erzegovina (22,5%), Giordania (20,4%), Giamaica (17,4%), Serbia-Montenegro (17,2%), El Salvador (16,2%) e Honduras (15,5%).

Diversamente da altri flussi di capitali internazionali, che hanno avuto un andamento pro-ciclico e altalenante, la crescita delle rimesse è stata ininterrotta e costante. Un aumento considerevole delle rimesse è stato osservato anche in occasione di severe crisi economiche e finanziarie in alcuni paesi: si veda il caso dell'Indonesia nel 1997, dell'Ecuador nel 1999, dell'Argentina nel 2001. Le dimensioni finora raggiunte dal fenomeno e la bassa volatilità assegnano, quindi, ai flussi di rimesse un ruolo assai importante per consentire ai PVS migliori e più stabili assetti macroeconomici.

Il ruolo delle rimesse (e del ritorno)

Le rimesse non rispondono solo alla finalità filantropica di aiutare i cari rimasti in patria, ma si intrecciano saldamente a un intero progetto di vita dell'emigrante che, in molti casi, non pianifica un'emigrazione definitiva e prevede, presto o tardi, un ritorno in patria. Così, parte delle rimesse è destinata a sostenere se stessi dopo il progettato ritorno al paese d'origine. È questa tipologia di rimesse, legata alla decisione di ritorno, che può sprigionare importanti stimoli allo sviluppo dei paesi d'origine. Ma perché tutto questo ha interesse anche per chi l'immigrazione la subisce? I flussi di rimesse, soprattutto se canalizzati attraverso il sistema bancario, promuovono l'integrazione finanziaria, che a sua volta favorisce l'espansione e il consolidamento delle banche dei paesi ospitanti, oltre che lo sviluppo di un sistema bancario efficiente nei paesi di origine dei migranti. Gli studi economici sul tema hanno mostrato che, con le rimesse, e poi con il ritorno, si producono ricadute

non trascurabili anche per i paesi di accoglienza. Non va poi sottovalutato il ruolo preventivo delle rimesse, per cui un maggiore sviluppo nei paesi di origine è garanzia futura di minori flussi di immigrazione, perché più deboli saranno i fattori di spinta.

Gli ostacoli da rimuovere

In molti casi però prevalgono le rimesse effettuate in modo informale, che spesso superano il volume che transita attraverso i canali formali: banche, uffici postali, sistemi di money transfer. Portare l'esecuzione delle rimesse dall'alveo informale ai canali formali potrebbe generare vari benefici. In primo luogo, oltre a ridurre i rischi di riciclaggio di capitali di provenienza poco chiara, il maggiore ricorso ai canali formali accrescerebbe il volume delle rimesse mediante la significativa riduzione dei costi di transazione. In secondo luogo, aiutando gli immigrati ad acquisire consapevolezza delle varie opportunità di investimento finanziario, il ricorso ai canali formali ridurrebbe il rischio che ampi risparmi siano tenuti inoperosi invece di essere utilmente impiegati.

Attrarre le rimesse verso canali formali, amalgamando così gli ingredienti indispensabili a favorire la crescita nel paese d'origine, è possibile attraverso tre tipologie di interventi.

Primo, ridurre le commissioni di invio, che talvolta incidono sino al 25% della somma trasferita. A tale riguardo, la Global Commission on International Migration raccomanda di migliorare le tecnologie di trasferimento, accrescere il livello di sicurezza delle transazioni, aumentare la concorrenza dal lato dell'offerta dei servizi di rimessa, incrementare il grado di trasparenza.

In secondo luogo, occorre introdurre programmi mirati all'istruzione finanziaria degli immigrati – in modo da ampliare il loro accesso al canale bancario, quello generalmente più affidabile e meno costoso.

Infine, più in generale, occorre contrastare l'immigrazione clandestina. L'utilizzo di canali informali e costosi per l'invio delle rimesse è una scelta sostanzialmente obbligata per i migranti clandestini. Anche da un punto di vista meramente economico, parrebbe perciò desiderabile rivedere le politiche di immigrazione in modo da spostare i flussi verso l'immigrazione regolare. **TOP**

Fonte:

http://www.neodemos.it/index.php?file=onenews&form_id_notizia=154

– 27.11.2007

Business rimesse

Gianni Ballarini

L'ammontare del denaro che gli immigrati trasferiscono ai paesi di origine si aggira sui 240 miliardi di dollari, 27 per l'Africa (10,8 nell'area subsahariana). Una crescita esponenziale rispetto agli ultimi anni. E sono cifre sottostimate. Ciò dimostra che l'immigrazione è di per sé già sviluppo.

Rappresenta la seconda forma di finanziamento esterno per i Paesi in via di sviluppo (Pvs), dopo gli investimenti diretti esteri (Ide) e di gran lunga superiore (il doppio circa) al flusso complessivo dell'aiuto pubblico allo sviluppo. Ci riferiamo al trasferimento di denaro degli immigrati verso i paesi di origine. Le cosiddette rimesse, che nel 2007, secondo lo studio della Banca mondiale, hanno raggiunto i 240 miliardi di dollari. Erano 167 miliardi nel 2005.

La parte del leone la fanno paesi come l'India (27 miliardi) la Cina (25,7) e il Messico (25). Per l'Africa intera si parla di 27 miliardi di dollari (10,8 per la sola area subsahariana), il 2,9% del Pil continentale (era il 2,4% nel 2004).

Nell'Africa subsahariana, il paese che raccoglie la maggior quantità di rimesse è la Nigeria, seguita da Kenya e Sudan (vedi tabella). Nell'Africa del Nord, c'è l'Egitto con 5,9 miliardi di dollari, il Marocco con 5,7, l'Algeria con 2,9 e la Tunisia con 1,7.

Se si leggesse, invece, l'incidenza di quel flusso di denaro in relazione al Prodotto interno lordo, la classifica vedrebbe ai primi posti paesi come Lesotho, Gambia e Capo Verde.

Ma le cifre pubblicate sono senza dubbio sottostimate, perché le rimesse ufficialmente censite rappresentano solo la punta dell'iceberg. Una larga fetta transita attraverso canali di tipo informale molto rischiosi (si pensi ai circuiti islamici, semiclandestini, chiamati hawallah), inefficienti o comunque non registrati (trasferimenti effettuati attraverso società specializzate non regolamentate o consegne dirette di contanti a parenti o amici). La Banca mondiale stima che il dato vero superi del 50% quello ufficiale.

La Bm ha perfino realizzato una simulazione su quale sarebbe l'effetto, in termini di benessere

globale, derivante dall'aumento della migrazione dai paesi poveri ai vari paesi industrializzati. In particolare, ha ipotizzato un aumento dello stock di migranti pari a 14,2 milioni tra il 2001 e il 2025. In seguito a tale incremento, il reddito reale di chi rimane nei Pvs aumenterebbe, secondo lo studio, di 143 miliardi di dollari. Ampia parte di tale incremento di reddito deriverebbe proprio dalla maggior dimensione dei flussi di rimesse, circa 88 miliardi. Come scrive la Caritas nel suo rapporto annuale, «l'immigrazione è di per sé già sviluppo, visto la massa di miliardi inviati dagli immigrati nei paesi emergenti». Capitali, fra l'altro, ritenuti più stabili di altri afflussi di denaro provenienti dall'estero e, dunque, più affidabili nel tempo.

Tre le ragioni che scatenano l'interesse per le rimesse: a) sopperiscono alla scarsità di risorse finanziarie per promuovere lo sviluppo dei Pvs; b) creano preoccupazioni, essendo ritenute uno dei canali per il riciclaggio del denaro sporco o per il finanziamento del terrorismo internazionale; c) stanno diventando una risorsa potenzialmente preziosa per le banche.

Tuttavia, questo flusso di denaro esterno produce qualche guaio all'interno dei paesi dell'area subsahariana. Ad esempio, uno studio citato dal Fondo monetario internazionale (Fmi) sottolinea come esista un forte nesso tra questi fondi inviati dall'estero, soprattutto da lavoratori "qualificati", e la fuga dei "cervelli". Settore penalizzato, in particolare, quello della sanità, con professionisti competenti, che trovano lavoro in paesi dell'Organizzazione per la cooperazione e lo sviluppo economico (Ocse). Secondo una stima effettuata dal Fmi, un quarto dei nuovi medici formati all'estero che si sono registrati presso il Servizio nazionale di sanità del Regno unito, tra il 2002 e il 2003, viene dall'Africa subsahariana. Circa l'80% degli infermieri formati dalla Liberia, e una percentuale uguale dei medici mozambicani, lavora nei paesi industrializzati. In media, il 20% della popolazione dell'Africa subsahariana con più di 15 anni e con titoli di studio di scuola post secondaria, lavora in qualche paese dell'Ocse, contro una media del 10% per l'Asia del sud.

Resta il fatto, che le rimesse sono benedette da molti paesi, perché aiutano a ridurre la povertà. Infatti, un aumento del 10% dell'incidenza di questi trasferimenti sul Pil di un paese, comporta l'abbassamento di un punto in percentuale delle

persone che in quello stesso paese vivono con meno di un dollaro al giorno. [TOP](#)

Fonte: <http://www.nigrizia.it/doc.asp?ID=10548> – 22.02.2008

Un mondo di rimesse per le feste

dati MoneyGram Payment Systems Italy

Le feste hanno messo le ali alle rimesse spedite nel mondo. Crescita del 15%, in testa i senegalesi, seguiti da Marocchini, Ecuadoregni, Ghanesi e Peruviani. Però secondo MoneyGram Payment Systems Italy, solo gli europei inviano soldi accompagnati da messaggio.

Lo studio ha evidenziato che nel periodo 1-31 dicembre 2007 le transazioni hanno registrato una crescita pari a circa il 15% rispetto al mese precedente. I Senegalesi sono stati l'etnia più generosa, in quanto le loro transazioni sono aumentate del 22% circa da novembre a dicembre.

Subito dopo il Senegal gli immigrati più generosi sono stati quelli provenienti dal Marocco. Per le due etnie, entrambe a maggioranza islamica, l'aumento delle rimesse è legato alla intenzione di consentire ai loro cari di trascorrere serenamente la Festività del Sacrificio (Aid al-Adha), che rappresenta la solennità più importante del calendario islamico.

In questa festività si commemora il miracolo che Allah compì sostituendo il figlio di Abramo con un montone durante il sacrificio e viene festeggiata durante il mese del Pellegrino che cade proprio a dicembre (dodicesimo mese del calendario lunare).

Al terzo, quarto e quinto posto per numero di transazioni effettuate, si trovano rispettivamente gli immigrati provenienti da Ecuador, Ghana e Perù

che sono invece tutti paesi a predominanza cattolica, che hanno incrementato le rimesse a titolo di regalo natalizio e per consentire ai loro cari di trascorrere festività serene.

Dall'osservatorio MoneyGram Payment Systems Italy risulta quindi che l'Africa e l'America Latina, sono stati i continenti più generosi.

Durante questo periodo a fronte di un aumento delle transazioni è stato registrato un calo dell'importo medio della singola transazione che si è attestata a circa 300€ a dimostrazione degli sforzi fatti pur di assicurare comunque un trasferimento di denaro, anche se di ammontare più ridotto, in occasione delle feste.

Al contrario gli immigrati che non hanno visto aumentare le loro rimesse nel periodo natalizio, sono i Polacchi, i Pakistani, i Tunisini ed i Rumeni.

A decidere di accompagnare gratuitamente al trasferimento di denaro messaggi di auguri di buon natale (scritti nel 51% dei casi in italiano e nel 37% in spagnolo) sono stati gli europei che hanno inviato denaro ai famigliari che si trovano per un periodo limitato all'estero. [TOP](#)

Fonte: http://www.impresaetnica.it/AR_DALMONDO24.ASP - 17.01.2008

Portogallo: le rimesse degli immigrati viaggeranno con il bancomat.

L'iniziativa della Cassa Economica di Capo Verde e della Banca Spirito Santo del Portogallo consentirà di trasferire e ricevere denaro in meno di 24 ore.

Lo scorso 8 Aprile la Cassa Economica di Capo Verde (CECV) e la Banca Spirito Santo del Portogallo e delle Azzorre (BESP) hanno firmato, a Praia, un accordo di cooperazione che permetterà il trasferimento delle rimesse degli emigranti in patria.

L'accordo ha l'obiettivo di facilitare la vita degli emigranti e di rendere più sicuro ed efficiente il servizio di trasferimento di denaro alle famiglie capoverdiane.

Questo servizio, creato dalla Banca Spirito Santo e diretto ai nuovi residenti, sarà immediatamente disponibile, in Portogallo e nelle Azzorre, attraverso servizi bancari di internet banking o qualsiasi ATM.

Il protocollo prevede che i trasferimenti vengano effettuati verso la rete delle agenzie della CECV.

Secondo i firmatari dell'accordo, il vantaggio di questo protocollo consisterebbe nella semplicità e convenienza del servizio. In seguito all'adesione, il cliente potrà infatti effettuare i propri trasferimenti da qualsiasi bancomat in Portogallo e nelle Azzorre o attraverso internet.

I firmatari indicano nella rapidità un ulteriore vantaggio. Tutti i trasferimenti effettuati attraverso bancomat fino alle ore 20 verranno resi disponibili al beneficiario nel primo giorno utile successivo, presso qualunque agenzia della CECV dalle ore 10:00 alle 16:00 (ora locale).

L'adesione gratuita al servizio a prezzo unico per qualsiasi importo trasferito e la sicurezza e la

trasparenza di un trasferimento senza intermediari rientrano nei vantaggi del servizio.

Il documento è stato firmato dall'Amministratore della CECV, António Moreira, dal Presidente Esecutivo della BES delle Azzorre, Gualter Furtado, e dal rappresentante della BES del Portogallo, António Duarte.

La firma del protocollo è stata presenciata del Primo Ministro José Maria Neves e dal Presidente del Governo delle Azzorre Carlos César che hanno elogiato l'iniziativa delle due istituzioni firmatarie.

La Banca Spirito Santo offrendo un servizio indirizzato alle comunità di immigrati farà fronte alle necessità di questo segmento di clienti migliorandone il grado di integrazione nella società portoghese. (Mariachiara Della Sala) [TOP](#)

Fonte: http://www.immigrazioneoggi.it/daily_news/2008/aprile/18_5.html
- 18.04.2008

Immigrati: 7 su 10 sono clienti di banca

L'Abi ha analizzato i bisogni finanziari dei nuovi italiani. Ha il conto corrente quasi un milione e mezzo dei migranti in Italia

Roma - Cresce il rapporto degli immigrati con le banche italiane. Anche gli stranieri, meno disposti in passato a rivolgersi a istituti bancari, oggi ne sentono la necessità. Sette su dieci sono clienti di banca e il numero complessivo di quelli integrati finanziariamente è salito a 1,410 milioni, mentre due anni fa era un milione, circa un terzo in meno. Lo rivela la ricerca Abi-Cespi, sull'analisi dei bisogni finanziari e assicurativi degli immigrati in Italia.

Ma secondo l'indagine dell'Associazione bancaria italiana (Abi), presentata oggi, la tendenza alla bancarizzazione varia fortemente in relazione ai contesti produttivi, economici e sociali. A Milano ha rapporti con la banca il 71,3%, a Roma il 52,6% e a Palermo il 38%. Inoltre il luogo di residenza influisce trasversalmente anche all'interno delle stesse comunità nazionali, e così il tasso di bancarizzazione degli immigrati dal Marocco a Milano è del 79,2%, mentre a Palermo è del 41,3%. I romeni con il conto in banca nel capoluogo lombardo sono il 71,2%, rispetto al 51,1% di Perugia e al 45,3% di Roma.

Non si può parlare di un grado di bancarizzazione degli immigrati in generale. L'Abi sottolinea che c'è

molta differenza tra le diverse nazionalità di appartenenza. Tra i più propensi a ricorrere ai servizi bancari ci sono gli ecuadoriani (73,1%), gli albanesi (67,4%), gli egiziani (62,8%), i senegalesi (59,3%), i ghanesi (57,7%) e i marocchini (55,7%). Gli uomini titolari di conto corrente sono il 60,4%, mentre le donne il 50,4%, sebbene come presenza numerica i generi quasi si equivalgono. Laddove è maggiore l'incidenza femminile il quadro cambia, come nei casi delle comunità ecuadoriana e romena in cui la bancarizzazione delle donne è superiore a quella maschile rispettivamente del 9% e del 4%.

Un altro fattore che contribuisce a non rendere il quadro omogeneo è il tempo di permanenza degli immigrati in Italia, che è direttamente proporzionale al loro legame con le banche. Un dato abbastanza logico, da collegare al miglioramento nel tempo della posizione lavorativa e alla maggiore stabilità contrattuale. L'indice di bancarizzazione è superiore alla media in caso di lavoro dipendente a tempo indeterminato (70,5%), di lavoro autonomo regolare (69,6%) e di contratto a progetto (67,7%). La necessità di accreditare lo stipendio da parte del datore di lavoro è il primo motivo di apertura del conto (52,3%), seguito dal desiderio di mettere al

sicuro i propri redditi e dall'opportunità di risparmiare.

Cresce anche il flusso di denaro verso le aree di provenienza dei migranti. Nel 2006 le rimesse dall'Italia sono state pari a 4,35 miliardi di euro (dati dell'ufficio italiano cambi), in media 1.900 euro per immigrato. Nel periodo 2004-2006 il dato complessivo è stato di 10,9 miliardi di euro. Con oltre 770 milioni, nel 2006 la Romania è il primo paese di destinazione delle rimesse dall'Italia. Seguono la Cina con circa 700 milioni, le Filippine con 500 milioni, il Marocco con circa 290 milioni, il Senegal con 200, in Albania sono andati 138 milioni, mentre in Bangladesh e in Ecuador circa 100 milioni di euro.

Secondo l'indagine, invia denaro nel paese d'origine il 77,6% degli immigrati. Guidano la classifica delle comunità con maggiori volumi di invio i marocchini e i cinesi di Milano, i filippini di Roma, i senegalesi e gli ecuadoriani di Milano. Sull'ammontare inviato, nel 51,2% dei casi sono indicate cifre comprese tra 101 e 300 euro. La gran parte dei migranti manda

denaro almeno una volta ogni due - tre mesi (63,9% del totale), mentre il 38,4% invia almeno una rimessa al mese. E il volume di denaro spedito non diminuisce in maniera significativa con il prolungarsi della permanenza: l'80% degli immigrati con un'anzianità migratoria di oltre dieci anni continua a inviare rimesse.

A dimostrare il rapido inserimento dei migranti nei meccanismi economico-sociali italiani è anche il loro rapporto con prestiti e mutui, ultimamente facilitato da numerosi istituti finanziari e bancari. Il 10% (350mila) del totale dei mutui per l'acquisto di abitazioni sono stati contratti da cittadini immigrati.

"Le banche italiane - ha detto il direttore generale dell'Abi, Giuseppe Zadra, - si sono attivate per rispondere alla domanda dei migranti. Possiamo contare su una nuova fascia di clienti affidabili e attivi". [TOP](#)

Fonte: http://www.stranieriinitalia.it/statistiche-immigrati_7_su_10_sono_clienti_di_banca_2539.html - 29.01.08

Rimesse. Italia terza in Europa per invio di denaro all'estero

Nel 2006 il flusso è stato complessivamente pari a 4,4 miliardi di euro

BRUXELLES - L'Italia, nell'ambito dell'Unione europea, è ai primi posti per il volume di denaro che gli immigrati inviano verso i loro Paesi di origine e il principale 'canale' in cui viaggia questo flusso di denaro è quello che va verso l'Albania. E' quanto emerge dagli ultimi dati resi noti dall'Eurostat.

Da grande ricevente delle rimesse degli emigranti la Penisola si è quindi trasformata, negli ultimi anni, in uno dei principali punti di partenza del denaro destinato a chi è rimasto nel Paese di origine. Nel 2006 questo flusso è stato complessivamente pari a 4,4 miliardi di euro, inferiore solo a quelli originati da Spagna (6,8 miliardi) e Inghilterra (5,9 miliardi). La gran parte delle rimesse di chi è venuto a lavorare in Italia sono destinate a Paesi extraeuropei (3,2 miliardi), mentre solo 1,1 miliardi sono stati inviati verso altri Paesi partner dell'Unione europea.

Dall'Unione a 27, nel 2006, sono partite rimesse per un totale di 26 miliardi di euro rispetto ai 23 dell'anno precedente di cui oltre 19 destinati a Paesi extra-Ue. E questo a fronte di rimesse verso l'Ue a 27 pari complessivamente, sempre nel 2006, a nove miliardi di euro.

I dati sulle rimesse degli emigrati, precisa l'Eurostat in una nota, sono stati elaborati sulla base dei dati comunicati dagli Stati membri nell'ambito delle rilevazioni condotte per il monitoraggio dell'andamento della bilancia dei pagamenti e quindi non tengono in considerazione i flussi di denaro che viaggiano attraverso canali non convenzionali o clandestini.

In base a un'apposita indagine commissionata dalla direzione per gli affari economici della Commissione europea, per la prima volta quest'anno Bruxelles è stata anche in grado di tracciare, relativamente al 2004, una mappa dei flussi delle rimesse individuando il Paesi di origine e quello di destinazione.

Da questa indagine è emerso che, per quanto riguarda l'Italia, il principale flusso di denaro va verso l'Albania, Paese che insieme agli altri europei non Ue ha assorbito la fetta più consistente delle rimesse (0,66 miliardi su un totale di 2,1 miliardi di euro). Circa 340 milioni di euro sono poi andati verso altri Paesi Ue, 230 verso quelli nordafricani,

440 all'area dei Paesi sub-sahariani e 160 a quelli asiatici. [TOP](#)

Fonte: http://www.stranieriinitalia.it/attualita-rimessa_italia_terza_in_europa_per_invio_di_denaro_all_estero_1704.html - 14.11.07

PORTUGUÊS

Remessas para AL alcançam US\$ 66,5 bi em 2007

SÃO PAULO - A América Latina e o Caribe receberam US\$ 66,5 bilhões em remessas de seus emigrantes durante o ano de 2007, segundo estudo do BID divulgado nesta terça-feira, que aponta para uma desaceleração do envio de dinheiro do exterior.

A cifra de US\$ 66,5 bilhões registrada pelo estudo do Fundo Multilateral de Investimentos do BID (Fomin), representa um aumento de 6% se comparada ao ano anterior (2006).

Entretanto, o BID notou uma desaceleração do fluxo de dinheiro enviado pelos latino-americanos no exterior a seus países de origem, muitos dos quais dependem em grande medida do dinheiro que seus cidadãos remetem para seus familiares.

"Esta é a primeira vez desde que começamos a estudar as remessas, no ano 2000, que não registramos um aumento de dois dígitos", declarou o gerente do Fomin, Donald Terry. "Isso se explica

principalmente porque os dois principais destinatários das remessas na região, Brasil e México, não seguiram as tendências passadas", afirmou.

Segundo o estudo, que se apresenta sob a pergunta "Uma curva no caminho ou uma nova direção?", o México recebeu apenas 1% a mais no ano passado que em 2006, com um total de 23,9 bilhões de dólares.

No caso do Brasil, os envios de dinheiro de brasileiros no estrangeiro caíram 4% em 2007, ficando em 7,1 bilhões de dólares. O contraste entre os números de 2006 e 2007 é significativo, com 12% de aumento para o resto do subcontinente se excluídos Brasil e México. As informações são da AFP. [TOP](#)

Fonte: <http://ibonline.terra.com.br/extra/2008/03/11/e110318635.html> - 11.-3.08

Brasil vê redução das remessas dos imigrantes nos EUA

por Richard Lapper - do Financial Times

As remessas de trabalhadores latino-americanos imigrantes nos EUA cresceram no ano passado no ritmo mais lento em uma década, o resultado da desaceleração econômica nos EUA e da repressão à imigração ilegal, combinadas com a força da economia brasileira.

Um relatório que será publicado hoje pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostra que os trabalhadores migrantes da América Latina em todo o mundo enviaram para seus países US\$ 66,5 bilhões em 2007, 7% a mais que em 2006 e mais do que a América Latina recebeu em investimento direto estrangeiro e ajuda oficial ao desenvolvimento.

Mas no Brasil a receita das remessas caiu 4%, para US\$ 7,08 bilhões, no México cresceu só 1% e hoje

parece destinada a cair nas duas maiores economias da região.

As remessas para a América Latina cresceram constantemente cerca de 15% ao ano desde o final da década de 1990, provocando um crescente interesse por seu potencial como fonte de finanças para alívio à pobreza e capital de investimento em pequena escala.

"Não temos muita certeza se isto é simplesmente uma curva na estrada ou uma direção totalmente nova", disse Don Terry, diretor do fundo de investimento multilateral, a unidade do banco que conduz o trabalho sobre fluxos de remessas.

O declínio no Brasil refletiu a força do real contra o dólar, o que tornou menos interessante para os cerca de 350 mil brasileiros que vivem nos EUA

mandar dinheiro para casa. As atrações da florescente economia brasileira também estão levando muitos migrantes a voltar dos EUA para seu país. Evidências isoladas mostram que muitos brasileiros na área ao redor de Boston -um centro tradicional de emigração brasileira- estão fazendo exatamente isso.

“Não há mais tanta pressão para sair do país”, disse Terry. “E sabemos que milhares de passagens só de ida foram compradas por brasileiros estabelecidos em Massachusetts. A queda do dólar, a valorização do real [e o crescimento da força da economia brasileira] significam que há oportunidades no país”.

No entanto, Terry disse que o achatamento dos fluxos para o México, que representa mais de um terço dos influxos latinos, é “perturbador”. Os fluxos atingiram US\$ 23,9 bilhões em 2007, 1% a mais que em 2006, mas os números mensais mostraram um achatamento ano a ano perto do fim do ano passado e um declínio de 6% em janeiro de 2008. “Se isso se tornar uma tendência, milhões serão empurrados para baixo da linha de pobreza”. A

crise habitacional nos EUA e o declínio no setor da construção, onde muitos imigrantes latino-americanos trabalham, tiveram parte da culpa.

No entanto, o declínio não foi tão pronunciado nas somas enviadas pelos imigrantes da América Central, cujas remessas cresceram cerca de 11% em comparação com 2006. Tudo isso sugere que a repressão mais dura aos imigrantes ilegais, especialmente em nível estadual e municipal nas áreas onde os mexicanos tendem a ser o grupo imigrante dominante, está funcionando. “A desaceleração claramente tem algo a ver com isso, mas o clima geral é mais importante”, disse Terry.

Os imigrantes dos países andinos, que tendem a ir para a Espanha mais que para os EUA, também continuam a mandar grande volume de dinheiro para seus países. A força do euro “fez da Europa um destino cada vez mais atraente para os trabalhadores latino-americanos e caribenhos”, disse o relatório. [TOP](#)

Fonte: <http://acertodecontas.blog.br/clipagem/brasil-ve-reducao-das-remessas-dos-imigrantes-nos-eua/> - 11.03.08

MG: cidade teme recessão com volta de emigrantes

Ney Rubens

Com o retorno de parte dos emigrantes brasileiros que foram nas últimas décadas para os Estados Unidos, há temor de que uma forte recessão afete a economia de Governador Valadares (MG) no próximo ano, segundo o vice-presidente da Associação dos Parentes e Amigos dos Emigrantes do Brasil (Aspaemig), Raimundo Santana.

“Não sabemos quantos emigrantes estão voltando, mas é claro que nossa economia é dependente deles”, disse. Segundo a Prefeitura de Governador Valadares, as remessas em dólares enviadas pelos emigrantes representaram um terço do orçamento municipal deste ano. A estimativa é a de que o município tenha recebido em torno de R\$ 80 milhões em remessas do exterior, somente em 2007.

O coordenador geral do Centro de Informação, Apoio e Amparo para a Família e ao Trabalhador no Exterior (Ciaat), Antônio Carlos Linhares, alerta que a economia local não tem condições de absorver as pessoas que estão voltando para a terra natal.

“Fala-se que em torno de 40 mil valadarenses estejam nos Estados Unidos. Se 10% dessas

pessoas retornarem, não há como serem incluídas na economia da cidade. Vai haver desemprego em massa”, afirmou.

“O pior erro foi acreditar que a emigração seria para sempre. Agora ela demonstra ser um ciclo que pode chegar ao fim. Prevíamos um retorno dos emigrantes e por isso o Ciaat resolveu apoiar a geração de emprego e renda, mas ainda estamos no início dos trabalhos”, completou Linhares.

O Ciaat e a Aspaemig foram criadas em Governador Valadares para fornecer alternativas e orientar possíveis investimentos dos emigrantes e de suas famílias, que geralmente recebem as remessas no Brasil. Criado em julho de 2006, o Ciaat fez um diagnóstico sobre a emigração na cidade junto com a Universidade Vale do Rio Doce (Univale). O estudo “A Migração Internacional na Perspectiva da Família do Emigrante” permitiu identificar os efeitos negativos e positivos da emigração pelo ponto de vista das pessoas que ficaram na cidade ou que já foram para fora do País.

Para Linhares, a pesquisa mudou a forma com que a sociedade enxerga o fenômeno. "Agora existe um consenso de que a emigração também traz efeitos negativos para as pessoas, como a desestruturação das famílias, e que a economia não se desenvolveu tanto como se dizia", explicou.

Atualmente, o Ciaat atua em mais oito cidades da região do Vale do Rio Doce. A sua principal ação é fomentar projetos de geração de trabalho e renda apresentado pelas organizações sociais. "Não pretendemos desestimular a emigração, mas apresentar outras alternativas tanto para quem pensa em emigrar, quanto para os familiares de quem já está fora do País", disse Linhares.

Com o apoio do governo federal, o Ciaat já investiu R\$ 856 mil em 16 projetos que beneficiaram diretamente 1,7 mil pessoas. Projetos como o Consagrarte, uma cooperativa formada por 13 mulheres e parentes de emigrantes que acabaram de fechar um convênio com o Banco do Brasil. Aproximadamente R\$ 42 mil serão investidos na compra de máquinas e matéria-prima para a produção.

"Começamos o trabalho em outubro de 2006 e até hoje não tínhamos lucro, todo o dinheiro era reinvestido na cooperativa na compra de matéria-prima para continuarmos produzindo", comentou Euzira Pena Ferreira, 49 anos. O filho dela tem 25 anos e mora nos Estados Unidos há dois anos. "A nossa expectativa é que nossos negócios melhorem, assim não vamos mais depender do dinheiro dos emigrantes", explicou.

A Aspaemig, por sua vez, nasceu depois que uma comissão composta pelo prefeito da cidade e representantes do poder legislativo municipal esteve nos Estados Unidos visitando os emigrantes. "Nós percebemos as dificuldades que eles possuem em se organizar e se comunicar com o poder público aqui no Brasil", afirmou Santana. Com representantes no exterior e na cidade, a principal ação da Aspaemig é facilitar o contato de emigrantes e familiares com a embaixada e outros órgãos públicos. [TOP](#)

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0..OI2223127-EI306.00.html> – 13.01.2008

Queda no envio de remessas por brasileiros é sinal positivo, diz BID

da BBC

O declínio de 4% no número de remessas enviadas por brasileiros que vivem no exterior em 2007 é "uma boa notícia para o Brasil", na opinião de Donald Terry, diretor do Fundo de Investimentos Multilaterais do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

De acordo com dados da entidade, as remessas de brasileiros para o país em 2007 totalizaram cerca de US\$ 7,1 bilhão (R\$ 12 bilhões), contra US\$ 7,4 bilhões em 2006. "É um sinal de que a economia brasileira está indo tão bem que isso está fazendo com que muitos brasileiros que moram nos Estados Unidos estejam voltando para seu país", afirma Terry.

Segundo o diretor do Fundo de Investimentos Multilaterais do BID, essa tendência pode ser sentida, por exemplo, "no leste de Massachusetts e no sul da Flórida, quando vemos milhares de brasileiros comprando passagens só de ida". Mas o diretor do fundo estima que, ao contrário do Brasil, para o México, a quase estagnação do número de remessas não representa uma boa notícia. O país

registrou um aumento de apenas 1%, cerca de US\$ 24 bilhões.

Crise Terry avalia que a crise econômica americana pode ser um fator para o declínio no envio de dinheiro para o México, já que muitos trabalhadores de origem mexicana atuam no setor de construção nos Estados Unidos, um dos mais atingidos pela atual situação da economia americana. Mas ele diz acreditar que o endurecimento de leis de imigração por parte de vários Estados americanos pode ser o fator decisivo para que imigrantes do México tenham dificuldade em enviar dinheiro para seu país natal.

O diretor do fundo do BID afirma não ser possível precisar se a tendência entre mexicanos e brasileiros residentes no exterior seguirá inalterada, mas avalia que algumas das tendências registradas no estudo do BID se intensificarão. Uma delas é a de remessas enviadas por nativos da região andina. Atualmente, segundo Terry, as quantias enviadas por imigrantes da Bolívia e Equador que residem na Espanha é superior, por exemplo, à enviada por imigrantes dos mesmos países residentes nos Estados Unidos.

América Latina

Os dados divulgados nesta terça-feira pelo BID indicam que a queda das remessas de brasileiros contribuiu para uma desaceleração do índice geral para a América Latina. O envio de remessas para a América Latina foi de US\$ 66,5 bilhões em 2007, um aumento de 7% em relação ao ano anterior. As estimativas específicas para a América Central registraram um aumento de 11%. Mas as projeções do BID previam um aumento bem maior para a região toda.

"É a primeira vez que vemos esse tipo de desaceleração, desde que começamos a fazer essas estimativas, há oito anos", afirma Terry. "Esperávamos um crescimento no índice de

remessas de 3 a 4 pontos percentuais superior." Segundo o diretor do Fundo de Investimentos Multilaterais do BID, a redução das remessas brasileiras e o crescimento pífio do número de remessas mexicanas foram os principais fatores para os índices registrados em 2007.

O ano de 2007 marcou ainda a primeira vez que o número de remessas de brasileiros sofreu uma queda, desde que o BID passou a fazer estimativas anuais. De acordo com o banco, essa cifra, em 2001, ficou na faixa de US\$ 2,1 bilhões. Desde então, o índice de remessas de brasileiros foi crescendo gradualmente. [TOP](#)

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u380854.shtml> - 11.03.2008

Remessas ajudam a combater pobreza no mundo: Cabo Verde entre os países mais beneficiados

JVL, in A Semana Online

As remessas enviadas pelos imigrantes aos seus países de origem revelaram-se, no ano passado, um importante factor económico no mundo. E também um não menos importante balão de oxigénio para os países receptores. É o caso de Cabo Verde, cujo PIB conta com uma contribuição da diáspora na ordem dos 34%.

O mapa das remessas financeiras publicado estes dias pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), um organismo ligado à ONU, revelou que 150 milhões de imigrantes enviaram às suas famílias, no ano passado, cerca de 300 mil milhões de dólares. Ásia e América Latina são os continentes que mais beneficiaram dos seus emigrantes, depois vem a África. Segundo o FIDA, as remessas constituem, actualmente, um recurso fundamental para combater a pobreza rural na América Latina, por exemplo.

De uma forma geral, esse tipo de receitas mostra-se vital, sobretudo, para a economia de muitos países em vias de desenvolvimento, já que representam entre 20 e 30% do PIB, havendo casos em que se abeira dos 50%. O FIDA estima, inclusive, que as remessas geram hoje em dia mais divisas do que as exportações ou mesmo os recursos da ajuda pública ao desenvolvimento que a comunidade internacional disponibiliza aos estados mais pobres.

Em termos absolutos, a Índia, com US\$ 24,5 biliões, o México (US\$ 24,2 bi) e a China (US\$ 21 bi) são os países que mais receberam remessas em 2006. Ao todo os países asiáticos receberam US\$114 mil milhões, seguindo-se os latino-americanos e Caribe (US\$68 bi), os da Europa do Leste (US\$ 51 bi), África (US\$ 39 bi) e Médio Oriente e Cáucaso (US\$ 29 bi).

Em África há países cuja «dependência» das remessas é mais do que notória, sendo a Guiné-Bissau um deles. Com uma diáspora recente, e com o país praticamente paralisado económicamente, as transferências da diáspora guineense responderam, em 2006, por 48% do PIB desse país, o que o coloca no primeiro lugar de África. Em S. Tomé e Príncipe, essa contribuição ficou calculada em 39%, seguindo-se a Eritreia com 38%...

Relativamente a Cabo Verde, cuja contribuição das remessas para a formação do PIB tem vindo a decrescer com a expansão de outros sectores económicos, nomeadamente o turismo, as divisas dos emigrantes agora representam 34%, ainda assim um dos mais altos do mundo. De notar que um outro estudo, este da OCDE referente ao mesmo período, havia colocado este mesmo arquipélago no quinto lugar dos países «onde as remessas dos emigrantes têm maior importância para a economia, contribuindo cada cidadão

emigrado com 321 dólares (quase 28 mil escudos)» (ver CIFRÃO, A Semana, 16-03-07).

Tida até aqui como um sector marginal ou informal da economia, vários são os governos e operadores que têm vindo a despertar para a contribuição dos emigrantes na economia mundial. É assim que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que trabalhou com o FIDA neste estudo, defende a redução do custo dos envios de dinheiro, que actualmente é de 15 por cento, em média, até deixá-los em 3%. Também está a ser estudada a criação de agências bancárias nas áreas rurais distantes, para evitar que os camponeses tenham de fazer longas viagens para os centros urbanos para receber o dinheiro enviado pelos seus parentes no exterior.

Fora isso, o FIDA defende que uma parte das remessas deve ser destinada a projectos de desenvolvimento rural, uma vez atendidas as necessidades básicas dos destinatários, como saúde, moradia e educação. «Uma das nossas prioridades é a melhoria das opções dos mais pobres buscando reduzir o custo das transacções e vincular as remessas com outros serviços financeiros, tais como poupanças, investimentos e empréstimos», afirmou Kevin Cleaver, presidente do FIDA.

Criado em 1978, o FIDA é um organismo especializado da ONU com sede em Roma e dedicado a combater a pobreza rural nos países do terceiro mundo, e cujos programas beneficiaram até agora cerca de 250 milhões de camponeses. O FIDA está em Cabo Verde através do Programa Luta contra a Pobreza no Meio Rural, tendo assegurado recentemente o financiamento da terceira fase da referida acção com um envelope financeiro de 8.86 milhões de dólares para o período 2008 e 2011.

Espanha e Portugal: Exemplos de boa política

Espanha e Portugal são apontados pelo BIDAmérica, um boletim do Banco Interamericano de Desenvolvimento, como modelos de bom aproveitamento das remessas dos seus emigrantes. Aquela publicação refere que na segunda metade do século XX, as remessas ajudaram a construir na Espanha «uma hoje bem sucedida indústria de crédito e poupança». E que Portugal, por seu turno, «ofereceu aos seus expatriados um conjunto de incentivos para que investissem em propriedades no seu próprio país, o

que impulsionou tanto o sector bancário como o de construção».

No extremo daquela política o BIDAmérica refere que houve também países que preferiram matar a galinha de ovos de ouro, «afogando os seus emigrantes com impostos e desperdiçando a receita arrecadada em projectos mal concebidos».

Em suma, a riqueza que os emigrantes ou imigrantes estão hoje a criar no mundo constitui um dos fenómenos mais apelativos da chamada globalização. A livre circulação de pessoas tem-se revelado, também, uma livre circulação de bens e capitais, já que ao deixar o seu país o emigrante mantém laços familiares e económicos, na maioria das vezes, através das remessas que envia.

E, sabendo disso, nos dias que correm raro é o governo com uma diáspora que não procure captar os recursos desses cidadãos, através, designadamente, de políticas financeiras atractivas e não só. Até porque não são apenas os países de diáspora que se deram conta do peso económico da emigração na formação do PIB, mas os próprios países onde os referidos indivíduos vivem, trabalham e produzem riqueza.

Actualmente, segundo o BID, é sobretudo na América Latina, mas também na Índia, por exemplo, que as remessas estão a ser procuradas por governos e instituições financeiras privadas (bancos, cooperativas, etc.). De acordo com um economista citado por aquele periódico, «o aumento das remessas na última década reflecte a crescente globalização da economia mundial».

Cabo Verde: Remessas deste ano já vão em 7 milhões de contos

As remessas dos emigrantes cabo-verdianos nos três trimestres do ano em curso totalizaram um saldo de quase 7,5 milhões de contos, uma cifra que se situa dentro do quadro habitual das estatísticas do BCV, isto é, no corredor dos 2 milhões aos 3 milhões de contos, por trimestre.

De salientar que no ano passado as remessas totalizaram pouco mais de 10,8 milhões de contos, ligeiramente inferior ao recorde de 11 milhões de contos registados em 2005. Portugal, França e os EUA foram e continuam a ser os países de onde vem o maior número de transferências dos emigrantes cabo-verdianos.

Tradicionalmente um país de emigrantes, Cabo Verde tem vindo a tornar-se também num receptor de mão-de-obra externa, gente que trabalha

sobretudo nos sectores da construção civil, obras públicas, etc., oriunda sobretudo do Senegal, Guiné-Bissau, Nigéria e outros países da África Ocidental. Ou seja, ao tornar-se um país de imigração, Cabo Verde contribui actualmente com o seu quinhão nas remessas que os imigrantes aqui instalados enviam para as respectivas famílias e países. Basta para tanto ver a quantidade de

agências da Western Union, uma das primeiras instituições financeiras a despertar para os emigrantes, hoje espalhadas pela Cidade da Praia, por exemplo. [TOP](#)

Fonte: <http://reapnimprensa.blogspot.com/2007/11/remessas-ajudam-combater-pobreza-no.html> - 4.11.2007

Dólar deixa de kasseguis na corda bamba

Há cinco anos, 50 mil ienes valiam no Brasil mais de 1,5 mil reais. Hoje, o valor caiu pela metade; é a realidade da cotação da moeda americana

Valorização do iene no Japão e queda do dólar no Brasil. A economia mundial está dando um golpe duplo nos brasileiros que costumam fazer remessas de dinheiro. O fato é que para fazer chegar um valor específico em reais, o de kassegui precisa de um valor maior da moeda japonesa. Por exemplo, 50 mil ienes valiam 784,3 reais na terça-feira 23, segundo as cotações do Banco Central do Brasil. Há cinco anos, era quase o dobro, 1.550,8 reais.

Mesmo que o brasileiro estivesse ganhando o mesmo salário de antigamente, o que é muito improvável, ele não conseguiria mandar uma quantidade equivalente ao passado. “Hoje está mais difícil de enviar remessas para o Brasil. Além de ter que me manter, preciso mandar uma quantia para a minha família que está no Brasil e pagar as faculdades das minhas filhas. Com a desvalorização do dólar, preciso trabalhar em três lugares para conseguir mandar o mesmo valor que eu mandava há três anos”, conta Mario Massao Fuzisaki, 53 anos, de Ota (Gunma).

Assim como Fuzisaki, muitos brasileiros passam pela mesma situação. E, para não ter dúvidas de que o mundo das cotações está piorando para quem faz remessas, uma má notícia: no Brasil, o dólar caiu mais de 1% na terça-feira 23 e voltou a fechar abaixo de 1,80 real. A moeda norte-americana foi cotada a 1,798 real, com queda de 1,10%. A última vez em que o dólar esteve abaixo de 1,80 real foi na quinta-feira 18, quando a divisa fechou no menor nível desde agosto de 2000.

“Realmente, agora está muito mais difícil poupar dinheiro no Japão. É claro que existe a diferença salarial e, conforme a oscilação do valor do dólar, às vezes fazer uma remessa de dinheiro para o Brasil acaba sendo algo desfavorável”, afirma Sérgio Tsutomu Sato, 33 anos, de Komaki (Aichi).

Divide a mesma opinião Sadatoshi Yokomizo, 45 anos, também de Komaki. “Voltei para o Japão em setembro deste ano e estou sentindo muita diferença em relação à época em que vim pela primeira vez, em 1990. Do primeiro salário, agora, mal consegui economizar alguns trocados”, diz.

Segurar o dinheiro no arquipélago pode ser uma opção para quem não precisa ficar fazendo remessas periodicamente. Mas o iene fica praticamente parado por causa dos baixíssimos juros. Segundo a agência Kyodo, o Banco do Japão decidiu manter a taxa básica de juros da economia em 0,5%. Em julho do ano passado, o banco elevou o índice para 0,25%, primeira modificação desde 2001. A taxa anterior era praticamente zero (0,069%). Já em fevereiro deste ano, a taxa passou para o atual 0,5%.

O casal Washington Cristiano Shimono, 31 anos, e Taeko Shimono, 37, de Hamamatsu (Shizuoka), prefere deixar o dinheiro parado no Japão. “Nem dá para ficar convertendo de ienes para dólares por causa da atual situação, mas tenho 99% de certeza que nunca vou fazer algum investimento no Brasil”, diz o brasileiro. Isso quer dizer que eles pretendem ficar definitivamente no arquipélago e até pensam em comprar uma casa. “Gostamos muito daqui e não tenho nada a reclamar. Muita gente diz que sofre preconceito dos japoneses, mas nunca sentimos isso”, complementa.

Washington e Taeko tiveram uma ótima impressão econômica do Japão. Eles vieram há apenas dois anos e logo conseguiram guardar cerca de 300 mil ienes por mês. “Nós dois trabalhávamos de yakin (jornada noturna), fazíamos muitas horas-extras e não temos filhos, estão deus para economizar bem”, conta.

Segurar o dinheiro no Japão pode ser uma opção para não fazer remessas. Mas o iene fica praticamente parado devido aos baixíssimos juros

DEPOIMENTOS

De 1993 a 1998, consegui economizar e ajudei meus pais a construir um comércio no Brasil. Na melhor época, juntei cerca de 21 mil dólares em um ano, com turnos de 12 horas diárias numa fábrica de artigos de plástico. De 1998 a 2004 fiquei no Brasil e, nestes três últimos anos, não consegui economizar quase nada. Agora está mais difícil poupar. Há a diferença salarial e, conforme a oscilação do dólar, às vezes fazer uma remessa acaba sendo desfavorável. Agora, os brasileiros estão optando por mais conforto e qualidade de vida, consumindo mais. Quinze anos atrás, poucos compravam carro ou eletrônicos, o que hoje é muito comum. Também por isso, ficou mais difícil guardar dinheiro.

Sérgio Tsutomu Sato, 33 anos, de Komaki (Aichi)

Decidimos que vamos morar definitivamente no Japão. Aqui temos um padrão de vida completamente diferente em comparação ao Brasil. Em dois anos, desde que viemos para trabalhar, em 2005, conseguimos juntar uma quantidade de dinheiro que não tivemos a vida inteira no Brasil. Se bem que atualmente está mais difícil conseguir poupar. Quando viemos, trabalhávamos à noite e fazíamos muitas horas-extras, mas atualmente estamos trabalhando de dia, de uma forma mais sossegada. O problema é que o dinheiro fica parado, porque com a valorização do iene não dá para ficar trocando de moeda

Washington Cristiano Shimono, 31 anos, e Taeko Shimono, 37 anos, de Hamamatsu (Shizuoka)

Hoje está mais difícil de enviar remessas para o Brasil. Além de ter que me manter, preciso mandar uma quantia para a minha família que está no Brasil e pagar as faculdades das minhas filhas. Com a desvalorização do dólar, preciso trabalhar em três lugares para conseguir mandar o mesmo valor que eu mandava há três anos. Não posso vacilar porque hoje tenho que mandar 50% a mais do valor que eu mandava há um tempo atrás, para dar a mesma quantia de antes

Mario Massao Fuzisaki, 53 anos, de Ota (Gunma)

Vim ao Japão pela primeira vez em agosto de 1990 e voltei para o Brasil em novembro de 1997. A situação, naquela época, era muito boa para economizar. Lembro-me de que consegui guardar até 280 mil ienes por mês, fazendo horas extras no turno noturno de uma fábrica de autopeças. Com as economias, consegui comprar dois terrenos no Brasil e construí dois imóveis: uma casa de três quartos, onde hoje moram minha família, e um ponto comercial que aluguei. Estou aqui desde setembro e estou sentindo muita diferença em relação àquela época. Mal consegui economizar alguns trocados. Além disso, o dólar está mais desvalorizado. Hoje em dia, é impossível poupar dinheiro como fazíamos 10 ou 15 anos atrás. Reportagem: Claudio Endo, Gilberto Yoshinaga e Karina Morizono. [TOP](#)

Fonte: <http://tudobem.uol.com.br/2007/10/28/dolar-deixa-dekasseguis-na-corda-bamba/> - 28.10.2007

ENGLISH

India Top Receiver Of Migrant Remittances In 2007, Followed By China And Mexico

WASHINGTON, DC – The top five recipients of migrant remittances in 2007 were India (\$27 billion), China (\$25.7 billion), Mexico (\$25 billion), the Philippines (\$17 billion), and France (\$12.5 billion). While South-South migration nearly equals South-North migration, rich countries are still the main remittances source, led by the U.S, according to the World Bank's new Migration and Remittances Factbook 2008, released today.

The United States was also the top immigration country in 2005, with 38.4 million immigrants, followed by the Russian Federation (12.1 million), and Germany (10.1 million). Among low-income countries, India had the highest immigration volume (5.7 million), followed by Pakistan (3.3 million).

The factbook provides snapshots of statistics on migration, recorded remittances flows, and skilled emigration for 194 countries, and 13 regional and income groups. Data from the factbook have been

available online since November 2007, with updating done in real time as new data become available. “Migration is sometimes used as a political pawn, and policies are too often based on anecdotes or misconceptions. By presenting the numbers and facts behind these stereotypes, this publication aims to paint a more objective picture of a crucial aspect of development,” explains Uri Dadush, Director of the World Bank’s Development Prospects Group and International Trade Department. Mr. Dadush also chairs the World Bank’s Working Group on Migration.

As migrant remittances have ballooned in size, they have caught the attention of high level policymakers. For 2007, recorded remittances flows worldwide are estimated at \$318 billion, of which \$240 billion went to developing countries (these data were highlighted in a November 30, 2007 World Bank news release). These flows do not include informal channels, which would significantly enlarge the volume of remittances if they were recorded. “In many developing countries, remittances provide a life line for the poor,” said Dilip Ratha, senior economist, and author of the factbook with Zhimei Xu. “They are often an essential source of foreign exchange and a stabilizing force for the economy in turbulent times.”

While international migration is dominated by voluntary movement of people, there were 13.5 million refugees and asylum seekers, about 7 percent of global migrants, in 2005. The share of refugees in the population was 14.3 percent in low-income countries—over five times as large as that in high-income OECD countries. The Middle East and North Africa had the largest share of refugees and asylum seekers among immigrants (60 percent).

FAST FACTS ON MIGRATION & REMITTANCES

The top immigration countries, relative to population are Qatar (78 percent), the United Arab Emirates (71 percent), Kuwait (62 percent), Singapore (43

percent), Israel (40 percent), and Jordan (39 percent). The average share of immigrants in population is under 10 percent in high-income OECD countries.

The Mexico–United States corridor is the largest migration corridor in the world, accounting for 10.4 million migrants by 2005. Migration corridors in the Former Soviet Union— Russia–Ukraine and Ukraine–Russia —are the next largest, followed by Bangladesh–India. In these corridors, natives became migrants without moving when new international boundaries were drawn.

The volume of South–South migration is almost as large as that of South–North migration, which accounts for 47 percent of the total emigration from developing countries. South–South migration is larger than South–North migration in Sub-Saharan Africa (72 percent), Europe and Central Asia (64 percent), and South Asia (54 percent).

Smaller countries tend to have higher rates of skilled emigration. Almost all the physicians trained in Grenada and Dominica have emigrated abroad. St. Lucia, Cape Verde, Fiji, São Tomé and Príncipe, and Liberia are also among the countries with the highest emigration rates of physicians.

In 2007, the top recipient countries of recorded remittances were India, China, Mexico, the Philippines, and France. As a share of GDP, however, smaller countries such as Tajikistan (36 percent), Moldova (36 percent), Tonga (32 percent), the Kyrgyz Republic (27 percent), and Honduras (26 percent) were the largest recipients in 2006.

Rich countries are the main source of remittances. The United States is by far the largest, with \$42 billion in recorded outward flows in 2006. Saudi Arabia ranks as the second largest, followed by Switzerland and Germany. [TOP](#)

Fonte:
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0..contentMDK:21692926~pagePK:34370~piPK:34424~theSitePK:4607.00.html>
19.03.2008

Using remittances for development

By Nusrat Khurshedi

REMITTANCES have emerged as a major source of foreign exchange. Global official remittances have increased from \$2 billion in 1970 to the present level of over \$80 billion. About sixty per cent

of the global remittances’ flow towards developing countries. And these exceed the global official development assistance as well as capital market flows to the developing countries.

However, over the years, concerns have been expressed on the limited productive use of these remittances. It is estimated that 50-60 per cent of remittances are spent on current consumption and only about 10 per cent go into investment.

Much of the remittances are used for repayment of loans, in daily expenses such as food, clothing, child education and healthcare and basic subsistence needs. Funds are also spent on building or improving housing, buying land or cattle or durable consumer goods such as washing machines and televisions. Remittances are also utilised for financing migration of other family members on social ceremonies and community development activities.

Generally, only a small percentage of remittances is used for savings and what is termed 'productive investment' e.g. income and employment-generating activities such as buying land or tools, starting a business and other economic activities with multiplier effects.

Due to poor infrastructure, lack of access to credit, and limited opportunities for small-scale investment, the migrants are making rational decisions about the use of their remittances. While Overseas Pakistanis Foundation (OPF), offers investment advisory services to returning migrants and assists them in obtaining services from relevant government departments in setting up business, much more effort is needed to influence the pattern of utilisation of remittances for productive purposes.

First, there is a need for policy change to promote remittances. For migrants, the desire to remit savings through official channels is a function of convenience, flexibility and profitability of their transaction. Convenience depends on the ready availability of financial intermediaries who can easily remit funds to their families. Flexibility affects deposits more than remittances and is related to the availability of facilities for migrants to keep their deposits in foreign exchange and make withdrawals when desired. Profitability is determined primarily by the gap between the official rate of exchange and the unofficial rate available to the migrants. Besides this gap other important factors relate to the 'real' interest rate, inflation rate and exchange rate, as well as expectations regarding changes in these rates.

In order to encourage migrants to hold their saving balances in financial assets at 'home' as opposed to the host country, the government has introduced foreign currency denominated bonds. A special

package of foreign exchange remittance card (FERC) has been implemented and under these, five categories of remittance cards are offered to those overseas Pakistanis who remit \$2,500 to \$50,000 in a year. A wide range of incentives are also being offered to the foreign exchange remittance card holders.

To encourage savings, the government provides temporary and permanent migrant workers with the incentives to remit to foreign-currency accounts (RCFAs), which can be repatriated, by domestic banks by offering a premium over and above the interest rates available in the international financial market. However, Bangladesh offers additional incentives through a preferential exchange scheme applied to conversions of foreign exchange from the RCFAs to local currency. Its Wage Earners Scheme (WES) enables migrants to sell their foreign exchange to importers at daily auctions at a premium over the official exchange rate.

In India, non-resident Indians are allowed to open foreign currency non-resident accounts which can be denominated in dollars or pounds sterling. The balances on these accounts and interest earned are repatriable. The deposits are also exempt from wealth tax.

In terms of productive investment of remittances, it is noted that the focus of the incentive policy regime is on the high skill/income migrants living abroad permanently, either in the industrialised or developing countries. There is very little effort that is addressed to low skill, low income, temporary migrants, mostly workers in the Middle East who provide a substantial amount of foreign exchange through transfers and re-enter the labour market in search of employment on their return. The prospective returnee should be provided an enabling environment to place her/his saving into 'productive' investment.

South Korea has launched an experimental training programme for returning migrants. It aims at training returning migrants in new skills so that they can move to other industries or establish their own businesses. In Thailand, banks offer an advisory service on investment opportunities to its migrant-worker customers. The workers who seek advice are also eligible to obtain supplementary loans from the bank if they have a good record of savings.

In the Philippines, the POEA (Philippines Overseas Employment Administration) in collaboration with the ILO has established training centres in various high-migration regions. These centres provide

business consultancy, information services, training in small-scale business management and financial supports to returning migrants and their family members. In Sri Lanka, the Department of Labor initiated a counseling service for return migrant. A “Return Migration Branch” was established in the Research and Development Division of the Ministry of Labour, to identify the problems of returning migrants and provide counseling and advice.

Along this, Pakistan has a “Non-Repatriable Investment Scheme” under which overseas Pakistanis (including those returning permanently) are allowed to import machinery and equipment at concessionary rates of duty to establish manufacturing enterprises. Migrant workers are also encouraged to invest in export processing industrial zones. In India migrant workers are given preferential access to capital goods and raw

materials. Even Bangladesh offers special incentives for domestic investment..

Sri Lanka was the first labour-exporting country in Asia to launch an entrepreneurship development programme for returning migrants. This programme, inaugurated in 1982 by the Sri Lankan Ministry of Labour in collaboration with the Merchant Bank of Sri Lanka (referred to as ‘ML-MB Programme’) aimed at guiding returning migrants in business creation. In Turkey and Yugoslavia, investment by migrants, is encouraged through workers’ companies and ‘village development cooperatives’.

Policy makers in Pakistan need to focus on diverting remittances into productive avenues. [TOP](#)

Fonte: <http://www.dawn.com/2008/04/21/eb15.htm> - 21.04.2008

Immigrants Send Less Money to Families in Latin America

By Greg Flakus

Although economists say the United States is not technically in a recession, the slowdown in economic activity is having a dramatic impact on the amount of money immigrants are able to send back home. The so-called remittances have fallen off sharply, according to officials in several Latin American nations. VOA's Greg Flakus has more on the story from Houston.

The crowds of immigrant workers from Mexico and Central America seeking jobs has grown a little larger in Houston because of the slowdown in construction and the ripple effect in other areas of the economy. Houston is in relatively good shape compared to some other parts of the nation, having avoided a big downturn in housing because there was never a sharp increase in prices here as there was on the east and west coasts. But some of the same factors driving down the economy elsewhere are also present here.

High fuel prices, in particular, have caused some transport and construction companies to cut back. The pinch on the pocketbooks of average people has translated into less work for gardeners, house cleaners, landscapers and other unskilled or low-skilled laborers.

Oscar Ramiro, an auto mechanic from Vera Cruz, says times are hard. He says the work has gone down and at the same time the prices for such

things as gasoline, food and rent have gone up. He says he used to send around \$100 a week to his family back home, but now he struggles to do it every two weeks.

Juanita, a house cleaner who has lost work, says she used to send up to \$150 a week to her mother in Michoacan, in central Mexico, but now she can barely manage to send \$50. She says she hears similar stories from other immigrants. Juanita says she wishes someone would do something to help the undocumented workers who are struggling to survive here. She says returning to Mexico is not an attractive option because, she says, things are even worse there.

According to the Banco de Mexico, remittances to Mexico have dropped by nearly three percent this year. Last year, immigrants in the United States sent home a record \$23.9 billion, but bank officials say that figure is not likely to be matched this year. Using data that shows all remittances sent by Mexicans living outside the country, Banco de Mexico reports that immigrants sent \$5.3 billion home from January to March of this year. In the same period last year, they sent \$5.5 billion.

The reduction is important because remittances are second only to oil as a source of foreign income for Mexico.

Mexican senators, members of the Revolutionary Democratic Party, speak in protest of Felipe Calderon's initiative at the Senate in Mexico City, 14 April 2008. Although the price of oil has reached record levels recently, the country has not been able to take full advantage because production at Mexican wells is slowing. President Felipe Calderon has a proposal before the Mexican Congress that would allow limited participation by private companies in exploration and development so that new reserves could be opened. But leftists in the Congress have blocked discussion of the proposal saying that it is an attempt to privatize the state-owned energy sector.

The situation is similar in many other Latin American nations, according to the Inter-American

Development Bank, which released a report Wednesday showing that only half of the nearly 19 million Latin American immigrants in the United States send money home on a regular basis, compared to well over 70 percent two years ago.

But the bank estimates that total remittances to the region this year will be about \$500 million more than they were two years ago. What has changed, according to the report, is that there are no longer large increases in money transfers, as happened each year between the years 2000 and 2006. [TOP](#)

Fonte: <http://www.voanews.com/english/archive/2008-05/2008-05-01-voa64.cfm?CFID=1110154&CFTOKEN=80459014> – 01.05.2008

A new approach to raise remittances

By Nusrat Khurshedi

The workers' remittances rose nearly 21 per cent to \$4.126 billion during the July-February compared to the same period during last fiscal year. In 2007, the remittances were at a healthy \$6.1 billion as compared to India's \$27 billion. However, a new approach is required to increase these remittances to finance economic growth and improve peoples' livelihood.

In other South Asian states, remittances are not only the largest source of foreign exchange but these contribute to economic development. Remittances of \$1.6 billion now exceed exports and tourism in Nepal. In Sri Lanka, remittances of \$2.7 billion are more than tea exports. In Bangladesh, remittances of \$6.4 billion are five times the foreign assistance.

For the last two decades, remittances in Bangladesh have been around 35 per cent of export earnings, making it the single largest source of foreign currency earner for the country.

This has been used in financing the import of capital goods and raw materials for industrial development. The steady flow of remittances has eased the foreign exchange constraints, improved the balance of payments, and helped increase the supply of national savings.

The remittances also help promote access to financial services for both--the sender and recipient-- increasing financial and social inclusion. About 10 per cent increase in per capita remittances,

according to some estimates, leads to a 3.5 per cent decline in the share of poor people. A striking example of the effects of remittances on poverty reduction comes from Nepal where the poverty headcount ratio has declined by 11 percentage points between 1995 and 2004 – a time of great economic and political difficulties.

In Pakistan, remittances have more than doubled over the past five years. However, remittances through 'hundi'/money courier, friends, relatives, and parents are still high.

'Hundi' system provides the quickest method for sending money while bank transaction requires complex paper work.

The system uses the social network of migrants with a door-to-door service. And the cost of remittance transfer through official channels at both sending and receiving ends are high. At the receiving end, the official channel costs include service charge, speed money, conveyance, etc. For 'hundi, costs involve phone charges, conveyance, and small fees for transaction.

Normally, remittances through official channels take a week or four working days as compared to a 'hundi' which takes 24 hours to three days.

The government has taken steps to rejuvenate the banking system by reducing the minimum limit for the reimbursement charges from \$200 to \$100, converting money changers into foreign exchange companies and enhancing the bank efficiencies.

But the cost of transferring money through banking channels are still high and should be rationalised. A typical poor migrant sends about \$200 or less per transaction. For sending \$100, he would typically have to pay \$16. Reducing remittance fees would increase the disposable income of poor migrants, as well as their incentives to send more money home. Banks tend to provide cheaper remittance services than money transfer operators. Encouraging account-to-account transfers is likely to increase savings from remittances, and will contribute to financial development of remittance recipient countries.

The transfer time needs to be minimised and the banks' efficiency also needs to be improved. The banking industry exploits different technologies to deliver financial services with the proliferation of automated teller machine (ATM) and point-of-sale (POS) network and devices.

The use of a mobile phone to conduct payment and banking transactions (m-banking) is at an early stage in a number of developing countries and is growing as mobile phone service providers are penetrating the developing markets. Some banks have started improving their infrastructure for the purpose.

A good percentage of those who are remitting money and their families are less educated, and are not familiar in dealing with formal institutions. Migrants are not aware about the need for having a bank account. But bank officials should be trained and motivated about the importance of remittance. Migrant workers should be encouraged to open accounts before their departures abroad.

The State Bank may consider allowing banks to appoint brokers/agents who help in mobilising individual remittances. This appears to be an effective tool to mobilise remittances of Bangladeshi migrants.

Both sending and receiving countries can increase banking access of migrants by allowing origin country banks to operate overseas, providing identification cards (such as the Mexican matricula consular) which are accepted by banks to open accounts, and facilitating participation of microfinance institutions and credit unions in the remittance market. These institutions can deliver remittance services in poorer communities and in remote areas. They can in turn benefit as the availability of remittance services may attract customers for their loan products.

A segment of migrants mainly send remittances through informal channels. Therefore bank procedure must be simplified for them. In Philippine, banks overseas facilitate opening of account by accepting documents other than passport.

Foreign missions can organise regular meetings with community associations to encourage official remittances. In order to design their targeted interventions, they should collect information regarding a number of migrants, their professional background and area of concentration in the receiving countries. Indian government has generated global data on migrants of Indian origin.

Bilateral agreements for training and skill development of migrants also increase the flow of remittances. A MOU on Temporary Migration Programme has been signed between Pakistan and South Korea to train and employ Pakistani workers there. Incentives should also be provided to private recruiting agencies to undertake such training programmes.

Vocational training should be incorporated in mainstream primary and secondary level curricula. Even, in provinces and federal level syllabus Arabic should be treated as an international language. The migrants from India, Sri Lanka and Bangladesh in their first three months put all their efforts in GCC states to learn Arabic to get a better job.

The Bureau of Emigration & Overseas Employment says that in the last seven years, more than 271,000 Pakistanis left abroad for employment. It means that, on an average, over 38,700 Pakistani workers set foot on foreign soils every year. Officials do admit that the number is low and Pakistan needs to export at least 60,000 workers annually to compete effectively with countries like Bangladesh, Sri Lanka and the Philippines—the countries that are fast outnumbering Pakistanis in the Middle East.

In this situation, the government should take measures and equip their migrants with modern skills and needs. Philippine raised the number of nursing schools from 13 to 700 to compete the demand of hospital attendants and today nursing is a main source of remittances it receives. Now India and China are following suit. Pakistan can also learn from the experiences of other Asian countries to increase its remittances. [TOP](#)

Fonte: <http://www.dawn.com/2008/03/31/ebr8.htm> - 31.03.2008

Spanish economic slowdown hits remittances

By Mark Mulligan

Of a combined monthly income of €1,400 (\$2,200, £1,100), Rosa Dominguez and her partner send €200 a month to their two daughters in Bolivia, where they live with their grandmother. The remittance, which has hardly varied since the couple arrived in Madrid two years ago, allows the girls, who are eight and 10, to eat well and treat themselves to the occasional new dress. The girls, however, would be the first to suffer if one of their parents joined the swelling ranks of unemployed immigrants in Spain. "Obviously, we'd have to send less money," says Rosa, who earns €400 a month as a part-time nanny.

Figures released on Thursday confirm that Spain's economic slowdown, which began with a collapse in the housing market, is hitting hard the armies of mainly unskilled labourers who have arrived from Latin America and Africa in the past eight years. Unemployment among non-Spanish workers surged 24 per cent to 504,700 in the first quarter this year. Officially, about 15 per cent of the community's active population is out of work, compared with a national average of 9.6 per cent. Immigrant associations say the figure is probably more than 20 per cent after accounting for those in Spain illegally. As the construction sector shrinks further, at least 100,000 more immigrants will join those already on the dole by the end of this year, according to one employers federation.

Belt-tightening by Spaniards because of heavy debts and rising food and energy costs means foreign-born cleaners, shop assistants and hospitality workers will also be laid off, say economists. The crisis in Spain has started to affect the flow of remittances to countries such as Ecuador and Bolivia, whose economies rely heavily on money transfers from the US and Europe.

In spite of a record 2007, during which registered remittances from Spain grew 30 per cent to €8.14bn, there has been a month-on-month decline since October last year. November's transfers, for example, fell 6 per cent from the month before, while December showed a further 4 per cent decline.

In January this year, total remittances were €667m, down another 4.5 per cent on the month before. "There are a lot of households now where only one adult has work," says Aida Quenatoa, president of a national organisation for Ecuadorians in Madrid. "Obviously, the remittances are the first to go, particularly if you are trying to pay off a mortgage or some other debt." In spite of Spain's deteriorating labour market, immigrants from poor countries are reluctant to return home. "As bad as it gets here, it will always be worse in Ecuador," says Ms Quenatoa. This resistance, according to many, is putting pressure on Spain's Socialist government to toughen its liberal stance on immigration.

Early measures could extend to the axing or modification of schemes to reunite families separated by immigration, which last year alone allowed more than 120,000 foreigners to join their parents and spouses in Spain. Celestino Corbacho, the recently appointed labour and immigration minister, said this week that the government would have to "reflect on and make changes" to the programme.

Some are urging a much tougher crackdown, including repatriation of unemployed immigrants. Most economists say that government plans to step up public works and encourage employers to retrain construction workers for other sectors will do little to alleviate the problem. "The first to lose their jobs are precisely those which are most difficult to relocate," says Rafael Pampillón, chief economist at the Instituto de Empresa business school in Madrid. He advocates gradual repatriation of unemployed foreigners through programmes agreed with their countries of origin. "Spain needs two or three years to adjust its economic model away from low value-added activities such as construction," he says. "At the same time, it has to send a clear message to the world that there is no more work here for people without qualifications." **TOP**

Fonte: http://www.ft.com/cms/s/0/a9de7e4c-131a-11dd-8d91-0000779fd2ac.html?nclick_check=1 26.04.2008

US Dollar Decline Impacts Immigrant Remittances

By Nathan King

The value of the U.S. dollar has dropped about 20 percent against a basket of major currencies in the last five years. This decline has been especially tough for immigrants who work in the United States and send money to their families back home. As Nathan King reports from New York, these dollar remittances are key for the economies in many developing nations. No weekends off and as much overtime as he can get. Eric Amaoako lives and works in New York, but has four children, a wife and his parents relying on the \$200 he sends back home each month to Ghana.

In previous years, life hasn't been this hard for Amaoako. But because of the continued depreciation of the U.S. dollar, the money he sends home has less purchasing power so he has had to work harder and longer to send more. "I have to work double shifts, weekends, when I am supposed to take off. I have to work because I need more money now [that] the dollar is falling. I need more money to meet my commitments," Amaoako said.

Eric is not alone. With the dollar at record lows against many major currencies, millions of people are having to send home dollars that are worth less or work harder to send more money. That can have

a big effect on poorer countries. The World Bank estimates remittances to developing countries totaled \$240 billion this past year. The Bank says some countries rely on remittances for up to half their national income.

Dilip Ratha is the World Bank's Chief Economist on Remittances. He says the dollar's fall already is leading to calls for wage increases from migrant workers. "They are saying, 'Look we came here only to be able to send money and support our families so please give us wage increases,' and that has led to some discontent for some migrant workers."

Ratha believes that over time this situation may turn the pattern of migration away from the United States. "This is obvious -- migrants are looking for greener pastures. A stronger currency helps, [so] they are going to go for countries where the currency is stronger and buy more for their families back home." But for those, like Eric Amaoako, who are already here in the United States with a job, each dollar earned and sent home has less value than before. [TOP](#)

Fonte: <http://www.voanews.com/english/archive/2008-01/2008-01-03-voa33.cfm?CFID=1568163&CFTOKEN=63077996> – 03.01.2008

DOMINICAN REPUBLIC: Remittances for Development

By Diógenes Pina

SANTO DOMINGO, Sep 18 (IPS) - Civil society organisations suggest that a plan be designed so that the money sent home by Dominicans abroad, known as remittances, will be used to foment development instead of simply going towards daily expenses.

The idea is "to deepen public reflection and debate to optimise the impact of remittances on the development of the national economy," says a document by the Asociación Tú, Mujer ("You, Woman" Association), which is carrying out the Proyecto Remesas y Codesarrollo (Remittances and Co-development Project) under the sponsorship of international organisations.

Legislators, ministers, the representative of the United Nations Population Fund (UNFPA) and delegates of civil society groups met Tuesday in a

conference organised by the Association. "We have to find mechanisms so that remittances are used more efficiently towards social development, and in the fight against poverty," Carmen Julia Gómez, the Association's director of research and the head of the Remittances and Co-development Project, told IPS.

"We are concerned that they are almost completely used for direct consumption: buying food and clothing, and paying for education," said Gómez. "That's a good thing, but there are other uses that could be of greater help to the families with respect to pulling out of poverty in the long-term," she added.

Studies show that very small proportions of remittances are saved or invested in small businesses, while larger percentages go towards

education, clothing, food and other day-to-day expenses.

Another issue of concern is the large chunk taken out by money transfer companies -- a commission that ranges between eight and 12 percent. An estimated 1.5 million Dominicans live abroad, mainly in the United States, and in 2005, the Dominican Republic received some 2.7 billion dollars in remittances.

According to the 2006 UN-INSTRAW (United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women) study on "Gender, Remittances and Development: The Case of Women Migrants from Vicente Noble, Dominican Republic", 59 percent of that total comes from the United States, 30 percent from Spain and nine percent from Puerto Rico. "Neither senders nor receivers have been integrated into the formal financial sector," says Lenora Suki of the Earth Institute at Columbia University in her 2004 study "Financial Institutions and the Remittances Market in the Dominican Republic".

Furthermore, "Recipients have neither incentives nor options for saving a portion of their remittance transfers" in a market dominated by "a handful of money transmitter companies". Besides, home delivery is the norm, which drives up the cost of money transfers, says Suki, who adds that

"Improving the intermediation of remittances can increase savings mobilisation."

The latest national census, carried out in 2002, showed that 10.2 percent of Dominican households received remittances. Other studies, however, put the proportion closer to 40 percent of the population of this Caribbean island nation of nine million people. Remittances contribute close to 10 percent of the Dominican Republic's gross domestic product (GDP), which amounted to 29.3 billion dollars in 2005, and they are equivalent to 47 percent of the exports from industrial free zones and 62 percent of tourism revenues.

Mar García, UN-INSTRAW's research specialist for migration and remittances issues, told IPS that encouraging people to open bank accounts with their remittances would help foment savings. García suggests that agreements be reached by the migrants' countries of origin and destination, to regulate remittances and help channel them towards development. "It's a matter of political will," she said. "The countries should reach a consensus. It's clear that migrants benefit the countries that take them in, and they contribute to both economies," she said. (END/2007) [TOP](#)

Fonte: <http://ipsnews.net/news.asp?idnews=39306> – 18.09.07

ESPAÑOL

Remesas crecieron 6% en 2007 pero el BID avisa fuerte desaceleración

Las remesas que los nicaragüenses residentes en el exterior enviaron a sus familias en este país alcanzaron los 739,6 millones de dólares en 2007, seis por ciento más a lo reportado en 2006, informó el martes el Banco Central de Nicaragua (BCN).

El banco emisor del Estado resaltó, en un informe, que el total de remesas familiares captadas por los nicaragüenses durante el 2007 es la cifra más alta de las últimas dos décadas. Las remesas familiares en Nicaragua sumaron 697,5 millones de dólares en 2006; 615,7 millones de dólares en 2005 y 518,8 millones de dólares en 2004, según datos oficiales.

Entre 1994 y 2003, los nicaragüenses recibieron, en concepto de remesas, 2,341 millones de dólares para un promedio anual de 234,1 millones de

dólares, detalló el BCN en su informe. El banco emisor del Estado calcula que las remesas familiares en el 2008 alcanzarán 800 millones de dólares. Las remesas representan cerca del 60 por ciento de las exportaciones nicaragüenses y es superior a los recursos externos que recibe Nicaragua, estimado en 500 millones de dólares anuales.

Las remesas son enviadas mayoritariamente de Estados Unidos (casi 600 millones de dólares) y de Costa Rica (cerca de 200 millones de dólares), donde viven cerca de un millón de nicaragüenses, según diversas fuentes. La Cancillería señaló que el 20 por ciento del total de su población, estimada en 5,2 millones de habitantes, viven en el

extranjero, principalmente en Estados Unidos y Costa Rica.

Las remesas desde Estados Unidos a los países de la región sufrieron una desaceleración en 2007, pero todavía fueron mayores que en el año previo, informó el martes en Washington el Banco Interamericano de Desarrollo (BID). Aunque las causas eran distintas entre un país y otro, tenían en común los efectos de los altibajos en la economía estadounidense y la devaluación del dólar en toda la región.

El BID dijo que esta era la primera vez que el incremento no llega a los dos dígitos entre un año y otro, desde que el banco empezó a estudiar el fenómeno en 2000, aunque ya había notado una tendencia a la baja desde hace dos años. El incremento del 2004 a 2005 fue del récord de 25%, y de 2005 a 2006 de 16%. "Esta es la primera vez en ocho años que el incremento no llega por lo menos al 10 por ciento", dijo Donald F. Terry, gerente de FOMIN, el Fondo Multilateral de Inversiones del BID que se encarga de seguir el movimiento de remesas a la región. "Esto se debe mayormente a que los dos principales destinatarios de las remesas en la región, México y Brasil, no siguieron las tendencias pasadas".

Las remesas a México apenas crecieron en 1% en 2007, a unos 24.000 millones de dólares, o el 3% de su producto bruto interno (PBI). Las transferencias a Brasil bajaron un 4% a unos 7.100 millones de dólares, o el 1% del PBI.

Terry indicó que "la baja es una mala noticia para México" y que si los datos para el país representan los primeros indicios de un descenso regional permanente, "ello tendría un grave impacto en las vidas de millones de familias".

En 2007, el monto total de remesas enviadas desde Estados Unidos a la región fue de 66.500 millones de dólares, un aumento de apenas el 7% con relación a 2006, en que llegó a 62.300 millones. El monto del año pasado, cubrió tres cuartos del total de las remesas que llegaron a Latinoamérica y el

Caribe. La otra cuarta parte provino de Europa y Asia.

La única área que experimentó un incremento de dos dígitos fue Centroamérica, con 11% para llegar a 12.400 millones de dólares. Las transferencias a los países andinos desde Estados Unidos aumentaron un 5%, a 11.600 millones. En 2007, las remesas representaron para Guyana el 43% de su PBI; para Haití el 35%; Honduras, 25% y El Salvador y Jamaica, 18%.

El incremento del valor del euro, por otra parte, ha resultado en que un mayor porcentaje de las remesas a la región _especialmente los países andinos_ proceda de Europa (España, Italia, Portugal y el Reino Unido), lo cual convierte al viejo continente en un "atractivo cada vez más importante" para los trabajadores latinoamericanos y caribeños, dijo el BID.

Terry dijo que en el caso de México, los emigrados se mostraron menos predispuestos a enviar dinero a su país que en el pasado debido a temores a la aplicación más estricta de las leyes de inmigración y la debilidad de la economía estadounidense.

En el caso de Brasil, los incentivos para enviar dinero desde Estados Unidos han caído ante las mayores oportunidades en ese país para conseguir empleo y el fortalecimiento de la moneda brasileña: el real se ha revaluado un 24% frente al dólar en los últimos 12 meses.

FOMIN dijo que cualquiera que sea la tendencia, "las necesidades de las familias en los países de origen de los emigrados no se reducirán", lo cual puede sugerir que los trabajadores migrantes tratarán de compensar la baja trabajando más horas y en más trabajos y, posiblemente, hasta cambiando de ocupación, de lugar de residencia e incluso de país.

La mayor parte de las remesas sigue siendo todavía destinado a gastos corrientes como alimentación, ropa, vivienda y medicinas. [TOP](#)

Fonte: <http://www.radiolaprimerisima.com/noticias/general/26101>
12.03.2008

El boomerang de las remesas

Por Hedelberto López Blanch

Numerosos países ricos tienen a las naciones en desarrollo como fuente y reservorio para extraer

personal altamente especializado y mano de obra barata con el objetivo de cubrir sus grandes necesidades en diferentes esferas.

Sus bajos índices de natalidad y el constante desarrollo científico mundial les obliga a importar recursos humanos para utilizarlos en las telecomunicaciones, las finanzas, programas espaciales, la ingeniería o como peones en la construcción y la agricultura por citar algunos ejemplos.

Pero además de beneficiarse con este importante y necesario material humano lo cual atenta contra el desarrollo de los países pobres, los ricos obligan a los inmigrantes a pasar por engorrosos exámenes aprobatorios pues si no caerán en la peligrosa categoría de indocumentados.

Agencias especializadas y sitios en páginas de internet de Estados Unidos y Europa anuncian permanentemente programas de trabajo y visas hacia esas naciones para profesionales de las más diversas ramas del saber.

La ecuación es sencilla: mientras las naciones pobres gastan dinero y dedican (desde la primaria a los grados superiores) alrededor de 20 años en formar a técnicos y profesionales, los países desarrolladas se los extraen al pagarles sueldos que no pueden abonarle en sus ciudades natales. La competencia resulta altamente desigual y discriminatoria.

Un organismo como el Banco Mundial (BM) que se caracteriza por apoyar políticas discriminatorias hacia las naciones pobres ha reconocido en un informe sobre América Latina que las remesas no son "un sustituto para políticas sólidas de desarrollo".

Otro documento del BM titulado Migración Internacional, remesas y fuga de cerebros señala que "en los últimos 40 años, más de 1 200 000 profesionales de América Latina y el Caribe emigraron hacia Estados Unidos, Canadá y el Reino Unido. De Latinoamérica han emigrado como promedio más de 70 científicos por día, durante 40 años.

Se asegura que mediante la migración, varios países de África, América Central y el Caribe han perdido más del 30% de su población con educación superior.

Ocho de cada diez haitianos y jamaicanos con títulos universitarios viven en el extranjero, mientras también lo hacen el 86% de Guyana y el 90% de Surinam. Varias naciones desarrolladas se encuentran a la cabeza de este robo de cerebro entre las que se encuentran Estados Unidos, Canadá, Australia, Nueva Zelanda, Inglaterra y

Noruega. Solo de 1960 a 1990 hacia Estados Unidos y Canadá migraron una cifra superior al millón de profesionales y técnicos de países del Tercer Mundo.

Un despacho de la agencia Reuters atestigua que 20 000 profesionales africanos migran anualmente hacia Occidente lo cual deja a ese continente con un enorme déficit de médicos, ingenieros, profesores e informáticos que les son sumamente necesarios para tratar de eliminar sus graves problemas económicos y sociales.

En un reciente artículo sobre este tema, el presidente cubano Fidel Castro Ruz señalaba: "Ese continuo saqueo de cerebros en los países del Sur desarticula y debilita los programas de formación de capital humano, un recurso necesario para salir a flote del subdesarrollo. No se trata solo de las transferencias de capitales, sino de la importación de la materia gris, cortando de raíz la inteligencia y el futuro de los pueblos".

Las cifras son devastadoras pues los 24.000 profesionales universitarios latinoamericanos que emigraron en 2006 representó para esas naciones la pérdida de 5 000 millones de dólares solo en la educación y preparación de ese personal. La formación de un profesional, según la carrera o el país de Latinoamérica donde curse los estudios tiene un costo aproximado entre los 40.000 y 80.000 dólares y lo más perjudicial es que después, si emigra, no prestará ningún servicio a sus países ni a sus pueblos que tanto lo necesitan.

A la par, ese personal procedente de todas las partes del mundo, una vez asentado en el exterior, envía a sus parientes remesas económicas lo que crea una fuerte dependencia entre el emisor y el receptor ya sea a nivel familiar o entre los países. Varias naciones pobres dependen de esas remesas para solventar sus perentorias y enormes necesidades, sin que esto les represente alguna solución para su desarrollo.

Organismos internacionales confirmaron que en 2006 llegaron a los países del Tercer Mundo por concepto de envíos de divisas cifras cercanas a los 180 000 millones de dólares. Para algunos países latinoamericanos las remesas representan un número importante en su Producto Interno Bruto: Ecuador y República Dominicana (10%), Jamaica (12%), Nicaragua (14%), El Salvador (16%) y Haití (17%). Con respecto a El Salvador, el 60% de la población vive en la pobreza lo cual provoca la salida del país de 720 000 personas anualmente, en busca de posibles soluciones económicas.

El 70% de los que permanecen, sobreviven gracias a las remesas que les envían sus familiares desde el exterior, cantidades que no alcanzan para cubrir las necesidades básicas de alimentación, agua, electricidad, educación y salud. Las cuantías remitidas se han convertido en la fuente de ingresos externos más importantes y superan a las exportaciones de café y las maquilas (fábricas de manufacturas) los dos renglones económicos de la nación que aportan divisas. Los envíos son en muchos casos, la única subsistencia familiar, que se emplea para adquirir algunos alimentos y medicinas sin que el país pueda utilizarlos en inversiones para su desarrollo. Además, Estados Unidos esgrime esta dependencia migración-divisa para presionar u obligar a algunos gobiernos a cumplir sus órdenes.

Lo trató de hacer con Nicaragua al amenazar con cortar las remesas procedentes del Norte si salía el

candidato del Frente Sandinista de Liberación Nacional, Daniel Ortega. Las protestas populares contra las posibles medidas detuvieron la mano de Washington.

No ocurrió así en el Salvador, donde igual amenaza echó por tierra la casi segura victoria Schafik Jorge Nadal, representante Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional y se impuso a Antonio Saca, de la derechista Alianza Republicana Nacionalista (ARENA)

En definitiva la atadura de muchas naciones pobres al envío de remesas, las subordina a los países ricos emisores y no les beneficia para emprender el ansiado desarrollo económico de sus pueblos. [TOP](#)

Fonte: <http://www.migrantesonline.org/enlinea.php?c=1879>
25.02.2008

Las remesas, consecuencia del subdesarrollo

Consecuencia directa, y por tanto, consustancial a la creciente emigración, las remesas y su enorme impacto en América Latina resultan de obligada referencia cuando se analizan en La Habana los problemas del desarrollo y la globalización.

Los envíos familiares desde el exterior han hecho de Latinoamérica la región que más remesas recibe: allí ese dinero representa el 70 por ciento de la inversión directa y constituye seis veces más que el monto que se recibe mediante la denominada «ayuda al desarrollo». Eso, sin contar el dinero que llega de manera «extraoficial» y no por los canales financieros institucionales, por lo cual difícilmente podría ser contabilizado. ¿Cuánto más, sumándolo, podría representar?

A tono con posturas recientes que intentan atemperar al organismo a estos tiempos, el Banco Mundial ha hecho aquí una descripción técnica del fenómeno que intenta tomar distancias apropiadas, y no tomar posiciones.

Si bien se acepta que las remesas recibidas por las familias de los emigrantes podrían influir en el crecimiento económico de las naciones pobres, el Banco entiende los esfuerzos de los trabajadores que buscan el sustento propio y de los suyos fuera de su país, y no dicta políticas ni exige. Además, es muy poco probable que hogares necesitados de la ayuda de sus familiares desde el exterior, puedan

tener lo suficiente como para salvar con ese dinero las necesidades vitales y, después, hacer «inversiones».

Los dolores propios de la separación para quienes se van, y la pérdida de profesionales en muchas de las naciones emisoras de emigrantes — no solo se desplazan los menos capacitados — se cuentan entre los factores negativos. Pero el BM considera que otros saldos son buenos como, por ejemplo, su contribución, aunque modesta y limitada al ámbito familiar, a la reducción de la pobreza.

En opinión de Pablo Fajnzfber, economista de la Oficina del Director Jefe del Banco Mundial y coautor de un trabajo donde participaron otros investigadores, sería demasiado instalar políticas mediante las cuales los Estados nacionales exigieran a las familias receptoras de remesas la inversión para contribuir, de ese modo, al crecimiento del PIB. En todo caso, lo que más tranquiliza es su aseveración de que «las remesas no son sustitutos de los flujos —que tan escasamente fluyen— de la ayuda al desarrollo».

Precisamente, la insistente precariedad de la contribución que debían dar los países desarrollados al otro lado del mundo, ha sido también punto focal de este foro internacional de economistas sobre globalización y problemas del desarrollo. [TOP](#)

Fonte: <http://www.radiolaprimerisima.com/noticias/inmigrantes/26039>
09.03.2008

Cuando las remesas garantizan el crédito

La Alianza para el Desarrollo de la Microempresa (Alpimed) le apuesta por una nueva iniciativa para las personas que tienen familiares fuera del país y obtienen un apoyo económico a través de las remesas.

Alpimed por medio del programa "Uso productivo de las remesas familiares y desarrollo local en nueve municipios de El Salvador", otorga créditos desde 30 dólares hasta 2,000 dólares. Los municipios atendidos son Suchitoto, Cojutepeque, San Rafael Cedros, Candelaria, San Vicente, San Cayetano Istepeque, Verapaz, Guadalupe y Zacatecoluca. Para echar a andar el proyecto la Interamerican Foundation ha aportado 350 mil dólares y Alpimed y sus instituciones miembros contribuirá con 94 mil.

Los préstamos van orientados a vendedores ambulantes, señoras de los mercados, dueños de tiendas y abarroterías, representantes de granjas pequeñas y carpinteros, entre otros. Los créditos son respaldados por las remesas familiares y los plazos y las tasas de interés dependen del proyecto a financiar.

César Ríos, director ejecutivo de Alpimed, detalló que normalmente otorgan préstamos productivos es decir aquellos dirigidos a la construcción de una microempresa o de negocios pequeños que ayuden a la economía de las personas, pero no prestan para pagos de deudas, compra de un carro ni para pagar tarjetas de crédito.

"Los fondos que damos son para el señor que vende paletas o el que inicia una tienda y desea superarse ampliando su visión", aclaró.

Ríos destaca que en los cuatro años de funcionamiento del proyecto se han colocado 442 préstamos por un monto superior a los 152 mil dólares. De estos el 74 por ciento corresponde al sector comercio, 3.5 por ciento a la manufactura y otro 3.5 por ciento al rubro agropecuario.

El 99 por ciento de los clientes que accedieron a estos fondos, dijo Ríos, eran mujeres. De acuerdo con Ríos, de 25 mil clientes que poseen el 40 por ciento reciben remesas familiares.

Alpimed también realiza una campaña para concientizar a la población de que use sus remesas productivamente, cuyo eslogan es "No te la gastes toda ahorra o invierte".

En ese sentido, dijo "lo que queremos es apostarle al país y al área centroamericana para que las remesas familiares se convierta en la principal herramienta de garantía de la familia pobre para gestionar un crédito", enfatizó.

Cómo acceder a un crédito

El interesado en obtener un crédito porque tiene inquietud de poner un negocio se acerca a Alpimed con tres comprobantes, de tres meses consecutivos, en donde demuestre que recibe remesas.

Luego, Alpimed le otorga el préstamo mínimo que es de 30 dólares, que aunque se vea insignificante para el paletero, por ejemplo, implica iniciar un ciclo de actividad productiva, agregó Ríos.

En cuanto a la tasa de interés respondió que ésta es variable.

Las remesas enviadas por los salvadoreños residentes en el extranjero durante 2007 alcanzaron los 3,695.3 millones de dólares, lo que representa un incremento del 6.5 por ciento con respecto a 2006, cuando se tuvo un incremento del 17.2 por ciento.

En América Latina y el Caribe se recibieron unos 66,500 millones de dólares en remesas durante 2007, según un estudio del Banco Interamericano de Desarrollo (BID), que da cuenta de una desaceleración de los envíos.

Dicha cifra registrada por el estudio del Fondo Multilateral de Inversiones del BID (Fomin), representa un alza de seis por ciento si se compara con 2006. [TOP](#)

Fonte: <http://www.migrantesenlinea.org/enlinea.php?c=1947>
24.03.2008

Desintegración familiar y ocio: el precio de remesas

Niños rebeldes y sus abuelitos conforman los nuevos hogares

Parientes que reciben los dólares se vuelven inactivos y conformistas

En el 2007 los catrachos que trabajan en Estados Unidos enviaron 2.500 millones de dólares a sus parientes, sin embargo, para el psiquiatra Javier Uclés, el verdadero precio que la sociedad hondureña paga por esos billetes verdes es la desintegración familiar y la dependencia económica que genera en miles de hondureños que ya no tienen interés ni necesidad de buscar un empleo.

Datos del Instituto Nacional de Estadística (INE), del año 2007, indican que la fuente de ingresos del 10.1 por ciento de los hogares hondureños son las remesas y que precisamente un 26.4 por ciento de los jefes de hogares es menor de 25 años y permanece inactivo.

“Hay personas que ya no quieren trabajar, recibir remesas limita la iniciativa, la creatividad, el desarrollo y crecimiento, realización académica, porque muchos hondureños dependen económicamente del pariente que les manda las remesas”, lamenta el psiquiatra.

Un informe del Banco Central de Honduras (BCH), de marzo del 2007, señala que “existen estudios que concluyen que el recibir el flujo de remesas no es positivo, ya que al mismo tiempo que mejora el ingreso de las personas, incrementa sus pautas y niveles de consumo al margen del proceso productivo”.

A pesar de eso, el documento también revela que entre los emigrantes radicados en Estados Unidos predomina el envío de 200 a 300 dólares mensuales a sus familias en Honduras, dinero que es utilizado en alimentación, vestuario, salud, educación, en algunos casos para vivienda e instalar negocios que generan empleos.

Pensativo, Uclés afirma que “detrás de las remesas hay sangre, sudor...”, por lo que vale la pena cuestionar si los beneficios que aportan las remesas al país valen el costo social que deja la migración, que va más allá de la desintegración de la familia, pues crea cierta dependencia y conformismo en quienes reciben mensualmente cierta cantidad de dólares.

Se calcula que unos 730,000 hondureños han emigrado del país, los cuales conforman el 28 por

ciento de la Población Económicamente Activa (PEA) a nivel nacional.

HOGARES DIVIDIDOS

Según cifras del INE, más de 11 por ciento de los hogares hondureños tiene emigrantes, en su mayoría conformados por hombres menores de 36 años, quienes viajaron a Estados Unidos para obtener un empleo, dejando solas a sus esposas e hijos.

Para el psiquiatra, los daños emocionales no sólo los experimentan quienes viajan ilegales, si no también sus familias, cuyos miembros presentan grados de ansiedad severa por no saber si su pariente está seguro o llegó bien a su lugar de destino.

“El hecho de que un miembro de la familia se vaya provoca una crisis familiar debido a la ansiedad y tristeza que causa la separación pero también el saber del alto riesgo que corre el que se va; muchos deportados vienen dañados, deprimidos, tristes; invirtieron dinero, tiempo, esfuerzo y no lograron su propósito”, manifiesta Uclés.

Si bien, la ausencia del padre o la madre inmigrante afecta a la familia, el retornar deportado a Honduras es aún más perjudicial, pues el jefe de hogar se enfrenta nuevamente con la pobreza, pero esta vez en un estado de depresión que repercute de manera negativa en sus seres queridos.

“Lo que ocurre es una paradoja, por buscar el beneficio de la familia hay que desintegrarla, es la antítesis de la unión familiar, por amor se separan; muchos son los hogares desintegrados por la migración; los parientes reciben ayuda económica pero el costo social, emocional y psicológico es altísimo”, asegura el galeno.

En Honduras, los hogares con más emigrantes se encuentran en Cortés, con un 22.6 por ciento, Francisco Morazán, con un 16.2 por ciento; Yoro, con un 11 por ciento y Olancho, con un 9.7 por ciento. **TOP**

Fonte: <http://www.latribuna.hn/news/47/ARTICLE/35157/2008-06-02.html> - 02.06.08

El 54 por ciento de las remesas de España son enviadas por mujeres

Un estudio realizado por las Naciones Unidas revela la creciente importancia de las inmigrantes colombianas como proveedoras de remesas y el papel que desempeñan también como receptoras de las mismas en la economía del país. Elaborado por el Instituto Internacional de Investigaciones y Capacitación de las Naciones Unidas para la Promoción de la Mujer, UN-INSTRAW, y la Organización Internacional para las Migraciones, OIM, el informe analiza además el uso que se hace de esas remesas en las diferentes comunidades de origen.

Según el documento, realizado sobre el área metropolitana centro-occidente de Colombia, el 54% de las remesas recibidas desde España son enviadas por mujeres, que asumen el rol de proveedoras económicas de las familias que dejaron en su país natal al tomar la decisión de emigrar. La cantidad de las remesas es similar entre mujeres y hombre, a pesar que los salarios son

sensiblemente inferiores. Por tal motivo, el estudio resalta la importancia que desempeñan las colombianas como receptoras de las cantidades enviadas, y su posterior inversión en la mejora de las condiciones de vida familiares.

Un 70,7 por ciento de todos los receptores de remesas en Colombia son mujeres, en su mayoría esposas, viudas, abuelas o gestoras de los hogares de donde han emigrado los hijos solteros. Dichas remesas se invierten fundamentalmente en el acceso a bienes de consumo, la educación privada y el pago de asistencia sanitaria.

Otro factor importante que se destaca en el estudio es la compra de vivienda como uno de los objetivos más importantes, lo que significa que piensan en el retorno a largo plazo, aunque, advierte de que cada vez se invierte más en España. [TOP](#)

Fonte: <http://www.elespectador.com/noticias/negocios/articulo-el-54-ciento-de-remesas-de-espana-son-enviadas-mujeres> - 05.05.00

Las remesas no van a los más pobres

Gabriela Paz y Miño.

Las remesas que envían los inmigrantes desde España no tienen un impacto significativo en el desarrollo social del país.

Esa es la conclusión del estudio que el Real Instituto Elcano y la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso) presentaron el martes en Madrid.

Usando como base la Encuesta de Condiciones de Vida (ECV), realizada en el 2006, los investigadores Iliana Oliví, de España, y Juan Ponce, de Ecuador, reentrevistaron a cerca de 1000 de las 2000 personas que dijeron recibir remesas desde España.

A estas personas les interrogaron sobre las características de la persona que envía las remesas, sus vínculos con ella; el monto, la frecuencia y los medios del envío; el uso del dinero y lo relacionado con servicios financieros y acceso a crédito del que recibe la remesa.

“Nuestra pregunta básica era si las remesas tienen impacto en el desarrollo”, explicó Oliví.

Contestarla no fue sencillo, para empezar porque – pese a que según fuentes oficiales las remesas

constituyen el flujo de dinero entre Ecuador y España- no hallaron información precisa sobre los montos totales de los envíos.

En el estudio se citan varias cifras: según el Banco de España, el monto fue de USD 1453 millones en el 2006; según el Banco Central del Ecuador fueron de USD 1 289 millones y según el INEC fueron USD 322 millones.

“Tampoco había datos precisos sobre las localidades concretas de origen; el destino, las características concretas del uso del dinero”, señaló la investigadora.

Tras más de un año de investigación y procesamiento de los datos, la principal conclusión –según Ponce- es que el impacto de las remesas se siente “en el consumo de determinados productos y servicios y no en variables duras de desarrollo, como matrícula, mejor acceso a servicios de salud, reducción de desnutrición infantil”.

Según los datos proporcionados a los investigadores por los receptores de remesas, el dinero lo recibe, sobre todo, la población de los

quintiles 4 y 5 de ingresos. “El 70% es captado por personas de clase media y media alta. Sí hay pobres que reciben, pero el grueso del flujo está en los niveles más altos”, según Ponce. Las familias que se benefician con estos ingresos no se encontraban en situaciones deficitarias antes de recibirlos. Con esto, se desmitifican algunas suposiciones sobre el impacto de las remesas.

Otra conclusión es que el dinero enviado se utiliza para el consumo en zonas urbanas, que no necesariamente son los sitios de donde salieron los emigrantes. [TOP](#)

Fonte:

http://www.elcomercio.com/solo_texto_search.asp?id_noticia=126996&anio=2008&mes=6&dia=5 - 05.06.08

Prossimi numeri della Rassegna MIGRAZIONI NELL'ATTUALITÀ:

- Settembre 2008 – Migrazioni e cultura: religioni
- Novembre 2008 – Migrazioni forzate: la tratta
- Marzo 2008 – Politiche migratorie e urbanizzazione

Próximos números da Resenha MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE:

- Setembro 2008 – Migrações e cultura: religiões
- Novembro 2008 – Migrações forçadas: tráfico de pessoas
- Março 2008 – Políticas migratórias e urbanização

Next up dates our MIGRATION REVIEW:

- September 2008 – Migration and culture: religions
- November 2008 – Forced migration: human traffic
- March 2007 – Migration policies and urbanization

Próximos números de la Reseña MIGRACIONES EN LA ACTUALIDAD:

- Septiembre 2008 – Migraciones y cultura: religiones
- Noviembre 2008 – Migraciones forzadas: trata de seres humanos
- Marzo 2007 – Políticas migratorias y urbanización

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO ... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA !...
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos:
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?